



ACADEMIA MILITAR

O Programa Especial Residência Segura da Guarda Nacional Republicana: prevenção de furtos em residência

Autor: Aspirante de GNR Infantaria Rodrigo Miguel Alves de Azevedo

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Coorientador: Major de GNR Infantaria Ricardo Luís Rodrigues Guimarães da Silva

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2022



ACADEMIA MILITAR

O Programa Especial Residência Segura da Guarda Nacional Republicana: prevenção de furtos em residência

Autor: Aspirante de GNR Infantaria Rodrigo Miguel Alves de Azevedo

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Coorientador: Major de GNR Infantaria Ricardo Luís Rodrigues Guimarães da Silva

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2022

EPÍGRAFE

*“O fracasso é simplesmente a oportunidade de começar
de novo, desta vez de forma mais inteligente”*

- Henry Ford

DEDICATÓRIA

A toda a minha família e namorada, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Esta investigação só foi possível com o apoio de várias pessoas que deram o seu contributo, apoiando a elaboração da mesma, que representa também o culminar de um ciclo de cinco anos de estudos. Devido ao seu apoio quero expressar com a maior sinceridade o meu agradecimento a cada uma dessas pessoas, que de uma forma ou de outra foram incansáveis e imensamente prestáveis.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, a Professora Ana Romão, e ao meu coorientador, o Major de Infantaria da GNR Ricardo Silva. Foram essenciais nesta fase final do meu percurso, apoiando e redirecionando a minha abordagem, aperfeiçoando a minha investigação, além de proporcionarem momentos de reflexão, que me fizeram crescer enquanto investigador.

Aproveito para agradecer à Academia Militar, a instituição responsável pela minha formação ao nível do ensino superior, sendo que o ambiente militar me moldou e me deu valores que me fizeram quem sou hoje. Ao nível da GNR agradeço a orientação do Major da GNR Rui Pereira e do Tenente-Coronel Paulo Gomes, que com a sua dedicação e trabalho serviram-me de exemplo em relação aos valores que pretendo ter e o empenho que quero demonstrar.

Ao Tenente-Coronel Paulo Santos, ao Tenente Diogo Silvestre e ao Cabo Daniel Dias o meu grande obrigado, por me terem apoiado através das entrevistas que me prestaram, demonstrando um grande conhecimento sobre o Programa Especial Residência Segura e o seu funcionamento, mostrando-se sempre disponíveis para quaisquer esclarecimentos.

Ao Sr. David Thomas, fundador e presidente da Associação Safe Communities Portugal, pelo seu contributo e partilha de conhecimento, mostrando o lado da comunidade imigrante residente em Portugal.

Aos meus camaradas do Curso General Raul Augusto Esteves, que me acompanharam ao longo do meu percurso pela Academia Militar, com especial atenção ao XXVII Curso de Formação de Oficiais da GNR, que me presentearam com grandes momentos e memórias eternas que levo comigo. Dentro do meu curso realço os camaradas do compartimento Alfa, pelas experiências que vivemos juntos.

Ao Alferes Rafael Chaves, que me apoiou nesta investigação com o seu contributo e que foi um exemplo para mim neste último período formativo.

Quero agradecer fortemente à minha família, que compreendeu a minha ausência em certos momentos, mas que sempre me apoiou e incentivou a ser e a fazer melhor. Quero dar especial atenção ao meu pai, pelas nossas conversas, à minha mãe, pelos seus conselhos, e ao meu irmão, por me ajudar a desanuviar, sendo que todos me fizeram a pessoa que hoje sou.

Por último, quero agradecer à minha namorada, que esteve sempre presente para me ouvir e apoiar, ajudando a superar as dificuldades e impulsionando-me a seguir em frente. É ela quem diariamente faz de mim uma pessoa melhor.

A todos vós,
O meu mais profundo agradecimento.
Rodrigo Miguel Alves de Azevedo

RESUMO

A presente investigação pretende abordar o impacto Programa Especial Residência Segura no sentimento de segurança do cidadão.

Sabe-se que atualmente o crime de furto em residência constitui uma parte significativa da criminalidade registada anualmente em Portugal, sendo que em 2010 ocorreu uma onda de assaltos no Concelho de Loulé, o que motivou os militares da GNR na altura a criar o Projeto “Residência Segura” que iria recorrer à georreferenciação de habitações em zonas isoladas para que em conjunto com o policiamento comunitário realizado pela Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário tornasse mais eficaz a resposta dos militares a ocorrências e com a presença junto da população desmotivar os assaltantes, o que resultou, e por isso decidiu-se transformar este projeto no Programa Especial Residência Segura para que pudesse ser aplicado a nível nacional.

O objetivo deste trabalho de investigação aplicada passa por responder à questão: “De que forma o Programa Especial Residência Segura contribui na prevenção dos furtos em residência?” Para isso, decidiu-se investigar a aplicação do programa no Concelho de Loulé, visto ser o local com mais quantidade de informação e onde o programa está mais estruturado, para perceber como o mesmo evoluiu desde a sua criação até aos dias de hoje, como é monitorizado, e quais as vantagens da sua aplicação na região.

Como forma de orientar a investigação, recorreu-se ao método indutivo, utilizando como principais técnicas de recolha de informação a análise documental, maioritariamente online, e entrevistas realizadas a militares relacionados com o programa, que possuem todo o conhecimento sobre o mesmo, e a civis com responsabilidade autárquica ou associativa, para compreender como estes vêem o programa e os seus efeitos. Primeiramente foi realizado o enquadramento teórico do tema onde se insere a análise documental, seguida pelo trabalho de campo onde se inserem as entrevistas realizadas e sua subsequente análise.

Por fim são apresentados os resultados, que mostram que o programa está em constante evolução, fruto da contribuição dos militares e dos civis envolvidos, existindo atualmente um aumento da dimensão do mesmo e uma constante divulgação da atividade da GNR. Esta investigação constatou que o programa é uma mais valia na prossecução do sentimento de segurança da população.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana, Programa Especial Residência Segura, sentimento de segurança, policiamento comunitário

ABSTRACT

The present investigation approaches the impact of the special program “Safe Residence” on the sentiment of safety felt by the people.

It is known that the crime of house theft makes a significative percentage of crimes registered annually in Portugal, as in 2010 occurred a wave of burglaries in Loulé, and that motivated the GNR officers at the time do create the project “Safe Residence” that uses georeferentiation of houses in secluded areas, so that in conjunction with community policing done by the Team of Criminal Prevention and Community Policing the response of the police could be quicker in answering incidents and that the presence of said police could demotivate the assailants, which worked, and that made the change from project to the special program “Safe Residence” that can be applied nationwide.

The main objective of this investigative work is to answer the question: “In which way does the special program “Safe Residence” contribute to prevent house theft?” For that answer, it was decided to investigate the application of the program in Loulé, as is the area with the most information and where the program is more developed, so that it can be understood how it evolved since its creation to today, how is it monitored and what are its advantages.

To orientate the investigation, the inductive method was used, using as the main technics to research, the documental analysis, mostly online, added to interviews to police officers related to the program, that have all the knowledge available about it, and to civilians with political and associative representation, to see the way they look at the program and its effects. Based on the information retrieved, a theoretical framework was made, before analyzing the interviews and its data.

Lastly the results are presented, showing that the program is in constant evolution, and that’s because of the contributions of the officers and the civilians involved, so that it can grow and be divulged. This investigation sees the program as something that increases the feeling of safety in the population.

Keywords: National Republican Guard, special program “Safe Residence”, feeling of safety, community policing

ÍNDICE GERAL

EPIGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE TABELAS	x
LISTA DE APÊNDICES	xi
LISTA DE ANEXOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xii
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA.....	3
CAPÍTULO 1 – A GNR ENQUANTO FORÇA DE SEGURANÇA.....	3
1.1 O Conceito de Segurança	3
1.2. A Segurança em Portugal.....	4
1.3. A GNR e o seu papel enquanto força de segurança	6
CAPÍTULO 2 – O CRIME DE FURTO EM RESIDÊNCIA.....	8
2.1. A criminalidade e o seu impacto na sociedade	8
2.2. O crime de furto em residência – enquadramento legal e a realidade portuguesa	10
CAPÍTULO 3 – O PROGRAMA ESPECIAL RESIDÊNCIA SEGURA	16
3.1. Os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento.....	16
3.2. Safe Communities Portugal.....	18
3.3. O Programa Especial Residência Segura – a realidade do Comando Territorial de Faro.....	19
PARTE II – METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO	21
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	21
4.1. Tipologia de abordagem.....	21
4.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados	23
4.3. Recolha de dados.....	23

4.4. Amostra	24
4.5. Tratamento e análise de dados	25
4.6. Procedimentos da recolha de dados	25
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	27
5.1. Caraterização dos entrevistados	27
5.2. Apresentação, análise e discussão das respostas dos militares	27
5.3. Apresentação, análise e discussão das respostas dos civis	40
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO	I
APÊNDICE B – GUIÕES DAS ENTREVISTAS	III
Guião da Entrevista a Militares	III
Guião da Entrevista a Civis	IV
APÊNDICE C – ENTREVISTAS	VI
ENTREVISTAS A MILITARES	VI
Entrevista ao Cabo Dias, membro da Equipa Residência Segura do DTer de Loulé	VI
Entrevista ao Tenente-Coronel Santos, chefe da SOTRP do CTer de Faro	X
Entrevista ao Tenente Silvestre, Adjunto do Comandante do DTer de Loulé	XVI
Entrevista ao Major Silva, Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	XX
ENTREVISTAS A CIVIS	XXVII
Entrevista a David Thomas, fundador da Safe Communities Portugal	XXVII
Entrevista a Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Almancil	XXX
Entrevista a Telmo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira	XXXII
ANEXOS	XXXV
ANEXO A – CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM PORTUGAL	XXXV
ANEXO B – ORGANOGRAMA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	XXXVI
ANEXO C – O IMPACTO DO CRIME NAS VÍTIMAS	XXXVII
ANEXO D – PANFLETOS DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL RESIDÊNCIA SEGURA	XXXVIII

ANEXO E – PLACA IDENTIFICATIVA DE UMA RESIDÊNCIA PERTENCENTE
AO PERS XL

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento da GNR enquanto força de segurança	6
Figura 2 – Os crimes mais participados em Portugal, 2020-2021	13
Figura 3 - Evolução do crime de furto, 2012-2021	14
Figura 4 - Crimes contra o património (furto e roubo a residência), 2009-2021	14
Figura 5 - Demografia do Algarve	19
Figura 6 - Tabela com os crimes mais participados em Portugal	XXXV
Figura 7 - Organograma da GNR	XXXVI
Figura 8 - Tabela com os impactos físicos e espirituais do crime nas vítimas.....	XXXVII
Figura 9 - Panfleto do PERS (1).....	XXXVIII
Figura 10 - Panfleto do PERS (2).....	XXXIX
Figura 11 - Placa identificativa do PERS	XL

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Condições que potenciam os crimes.....	9
---	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Enquadramento dos objetivos específicos com as perguntas derivadas.....	21
Tabela 2 – Estruturação das entrevistas a militares.....	IV
Tabela 3 – Estruturação das entrevistas a civis.....	V

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO	I
APÊNDICE B – GUIÕES DAS ENTREVISTAS	III
APÊNDICE C – ENTREVISTAS	VI

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM PORTUGAL	XXXV
ANEXO B – ORGANOGRAMA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA XXXVI	
ANEXO C – O IMPACTO DO CRIME NAS VÍTIMAS	XXXVII
ANEXO D – PANFLETOS DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL RESIDÊNCIA SEGURA	XXXVIII
ANEXO E – PLACA IDENTIFICATIVA DE UMA RESIDÊNCIA PERTENCENTE AO PERS	XL

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A	AM	Academia Militar
	Art.	Artigo
C	CP	Código Penal
	CRP	Constituição da República Portuguesa
	CTer	Comando Territorial
D	DTer	Destacamento Territorial
F	FS	Força de Segurança
	FFSS	Forças e Serviços de Segurança
G	GNR	Guarda Nacional Republicana
L	LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
M	MAI	Ministério da Administração Interna
	MDN	Ministério da Defesa Nacional
O	OE	Objetivo Específico
	OG	Objetivo Geral
	OPC	Órgão de Polícia Criminal
P	PERS	Programa Especial Residência Segura
	PEPP	Programas Especiais de Prevenção e Policiamento
Q	QC	Questão Central
	QD	Questão Derivada
R	RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
	RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
S	SOTRP	Secção de Operações, Treino e Relações Públicas
	SPCPC	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
	SSI	Sistema de Segurança Interna
Z	ZA	Zona de Ação

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) está enquadrado no Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar (AM). Esta investigação aborda o tema: **“O Programa ‘Residência Segura’ da Guarda Nacional Republicana: prevenção de furtos em residência”**. Este trabalho assume-se assim como o capítulo final deste mestrado, explorando um tema ligado à segurança e à Guarda Nacional Republicana (GNR).

Tendo em conta que a GNR se assume como uma força de segurança de natureza militar, são-lhe atribuídas competências tais como “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (LOGNR, 2007), o que está inclusivamente previsto em diversas leis e regulamentos que orientam a atividade desta instituição. Indo de encontro à questão da segurança e do papel das forças e serviços de segurança (FFSS) esta investigação foca-se na criminalidade patrimonial, mais especificamente o crime de furto em residência que é um dos crimes mais participados em Portugal (Sistema de Segurança Interna, 2022).

Como forma de prevenir esta tipologia de crime, uma das formas que a GNR encontrou e a qual será objeto de estudo neste RCFTIA é através do Programa Especial “Residência Segura”, um programa pertencente aos “Programas Especiais de Policiamento de Proximidade” (PEPP) que realiza georreferenciação de residências isoladas para facilitar o acompanhamento das mesmas e tornar mais eficiente a atuação do patrulhamento.

Para conseguir perceber o modo de funcionamento deste programa e vantagens inerentes ao mesmo, esta investigação foca na realidade do Comando Territorial de Faro (CTer) da Guarda Nacional Republicana, visto ter sido neste CTer onde o programa começou devido à especificidade da criminalidade que aí acontece incidir em comunidades de residentes isolados.

Tendo este RCFTIA como objetivo geral **estudar a eficácia do Programa Especial Residência Segura na prevenção aos furtos em residência**, serão abordados como objetivos específicos (OE):

- OE 1 - Identificar as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência;

- OE 2 - Perceber os PEPP e o seu impacto na atividade operacional da GNR;
- OE 3 - Analisar o Programa Residência Segura, desde a sua implementação até à monitorização do mesmo hoje em dia;

Com o intuito de atingir o objetivo geral foi formulada uma questão central (QC), que é **“De que forma o Programa Residência Segura contribui na prevenção do furto em residência?”**, questão esta que norteia este RCFTIA e que dá origem a questões derivadas (QD), questões estas que iram simplificar e encaminhar a abordagem desta investigação e que derivam dos objetivos específicos acima mencionados.

A estratégia de investigação desta temática passa por uma abordagem qualitativa que focará na compreensão do programa estudado e no uso de entrevistas para ganhar a perceção da execução e monitorização do programa quer pelos militares encarregues, quer pelos civis relacionados. É realizado um estudo de caso à realidade do DTer de Loulé, percebendo as especificidades da sua zona de ação (ZA) e como as suas circunstâncias especiais deram origem ao Programa Residência Segura.

Para apoiar esta investigação, recorreu-se a documentos relacionados com a temática, abordando as atribuições da GNR e caracterização da sua missão, e para além disso também se recorreu a entrevistas exploratórias a pessoal com conhecimento do tema, como ao Chefe da Secção de Operações, Treino e Relações Públicas (SOTRP) do CTer de Faro, ao presidente e fundador da associação Safe Communities Portugal David Thomas, entre outros.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1 – A GNR ENQUANTO FORÇA DE SEGURANÇA

Neste capítulo serão abordados diversos conceitos, cujo entendimento é necessário para perceber a temática desta investigação. Primeiro será definido o que é considerado uma força de segurança (FS), e como é que estas são enquadradas no nosso quadro legal, sendo que para isso também ocorrerá uma menção ao conceito de segurança e a sua importância. Em segundo lugar será abordado o papel da Guarda Nacional Republicana enquanto FS e como é que isso se aplica na sua missão e consequentes atribuições.

1.1 O Conceito de Segurança

Segurança, derivado do latim *securitas* (Glosbe, 2022), traduz-se no conjunto de ações e recursos utilizados para proteger algo ¹, no entanto é nesta definição que termina a certeza em relação ao termo, já que ao longo dos séculos vários pensadores tentaram extrair uma definição aceitável para os diversos usos e diferentes realidades da palavra, discussão esta que continua até aos dias de hoje (McSweeney, 1999).

O conceito de segurança e os estudos de segurança variam conforme a realidade em que estão inseridos, já que estão ligados às ameaças do meio onde são estudados como é o caso de países com uma situação interna menos estável referindo por exemplo o Brasil ou países mais afetados pelo terrorismo internacional, nomeadamente o *jihadismo* (Gouveia, 2019). Importa referir que a segurança “não é um conceito qualitativo de ter ou não ter, a segurança é um conceito mensurável, pode haver graus de segurança” (Gouveia, 2019).

Existem principalmente três escolas que recentemente estudam e analisam o conceito de segurança contribuindo para a sua evolução, sendo estas:

- Escola de Copenhaga:
 - Aborda a temática da segurança de uma forma abrangente, envolvendo entidades dentro e fora de um Estado, e consequentemente analisando a influência de empresas e dos cidadãos e as entidades responsáveis por

¹ Segundo definição atualizada do dicionário Priberam (2022)

diferentes setores dentro do Estado, como a economia e o ambiente (Tanno, 2003);

- Escola do País de Gales (ou galesa):
 - Considera que a segurança está ligada à igualdade de classes, afirmando que a insegurança surge da desigualdade de oportunidades entre as pessoas e da opressão do povo, que por sua vez resulta de uma errada redistribuição da riqueza e por estruturas económico-sociais distorcidas (Gomes, 2017);
 - Tem forte aceitação no Brasil fruto do seu ambiente social e político;
- Escola de Paris (ou francesa):
 - Defende a fusão entre a segurança externa e a segurança interna, colocando a trabalhar lado a lado forças militares e forças de segurança, pois diminui o contraste entre ameaças externas e internas, resultado de novas ameaças como a imigração, o terrorismo e crimes transnacionais (Lopes, 2018);
 - Esta escola enquadra-se com a realidade de França na medida em que é um país fustigado em anos recentes por estas questões, nomeadamente o terrorismo, pelo que o objetivo do Estado passa por criar uma paz social que seja inclusiva a todos, maioria e minorias;

Para além destas três principais escolas existem o conceito de segurança humana, que tem como objetivo principal o cidadão, que defende que ultimamente é a pessoa humana que é o foco da segurança, em vez do Estado, não obstante este conceito não neutraliza a ideia de identidade nacional (a identidade coletiva associada a determinado Estado pelos que lhe pertencem), os dois podem coexistir, mas segundo Gouveia (2019), este é “um instrumento de proteção das pessoas”.

Em fim último, independentemente das várias abordagens que se façam à ideologia do que se deve considerar segurança, é por todos considerado como insegurança a violação destes princípios, o que por si assume que a violação dos direitos das pessoas também se traduz na violação do direito da segurança (Gouveia, 2019).

1.2. A Segurança em Portugal

Abordando agora em específico a nossa realidade nacional é sabido que Portugal é considerado um dos países mais seguros do mundo, sendo importante ressaltar que segundo o próprio governo a “questão da segurança está muito longe de ser uma questão

estritamente policial. É hoje um fator decisivo (...) para o reforço da imagem global do país” (Governo Português, 2021), sendo que desde 2014 Portugal subiu de 18º para 4º lugar no Global Peace Index 2021, um relatório que engloba 163 estados, e que por isso passa uma imagem reforçada do Estado Português e do trabalho que tem desenvolvido. (Institute for Economics & Peace, 2021).

Tal como a nível internacional também em Portugal é observável a adoção do conceito de segurança global, interessando para esta investigação não o nível internacional, mas sim a globalidade dos interesses a proteger, esbatendo as diferenças entre segurança externa e interna e também entre os diversos atores de segurança², mostrando uma descentralização a nível de entidades públicas, mas também um aumento do papel da segurança privada (Martins, 2021).

Dentro dos vários focos de segurança, vamos focar-nos na segurança interna, que está mais em linha com a presente investigação e cuja definição se encontra na lei com o seu nome, Lei de Segurança Interna³ que diz o seguinte no Art.1º, nº1:

- “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”

De acordo com a Pirâmide de Maslow, desenvolvida pelo psicólogo Abraham Maslow (Comitê Pela Cidadania, 2020), a segurança constitui o segundo patamar, logo a seguir às necessidades fisiológicas, o que realça a importância que a mesma assume mencionando diversas áreas como a segurança financeira, da família e a que se pode considerar como fulcral nesta investigação, a segurança da propriedade, que é relativa à posse de bens e de habitação. É importante referir que normalmente o que os cidadãos entendem por segurança nem sempre corresponde à realidade, podendo até afirmar-se que ocorre uma discrepância entre o sentimento de segurança (ou insegurança) e os dados que de facto existem sobre esta matéria, nomeadamente da criminalidade (Gouveia, 2019). Pode-se dizer que esta discrepância entre a perceção e a informação resulta de “generalizações e (...) modelos descritivos e interpretativos incompletos e por

² Segundo Gouveia (2019) consideram-se como diferentes atores de segurança: o Estado, as entidades infra-estaduais (tanto militares como civis) e as entidades privadas.

³ Lei nº53/2008, de 29 de agosto

vezes errados” (Ferreira, 1998), o que também se alia à intensa mediatização que se vive nos dias de hoje, especialmente associada aos crimes mais graves, e ao facto de ocorrer a manipulação da informação para servir diferentes interesses (Lusa, 2012).

1.3. A GNR e o seu papel enquanto força de segurança

“A Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.”

- (LOGNR, 2007)



Figura 1 - Enquadramento da GNR enquanto força de segurança

Fonte: Retirado de GNR (2020, p.13)

A GNR possui uma natureza única, já que para além de ser uma força de segurança (FS) é caracterizada pela sua natureza militar, o que lhe permite em cooperação com as Forças Armadas e no âmbito da defesa nacional participar em missões militares. Esta sua especificidade adequa-se bem à realidade atual, em que no mundo em que vivemos e com novas ameaças, esta instituição é ideal para atuar em situações em que os limites entre segurança interna e externa se esbatem, servindo de ponte entre o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Como Força de Segurança e de acordo com a sua Lei Orgânica (LOGNR, 2007), esta instituição possui diversas atribuições, que se encontram presentes no art.3º da presente lei, sendo consideradas as mais importantes para esta investigação as seguintes:

- “Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno

funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito”;

- “Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens”;
- “Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;

Em relação à estrutura orgânica da instituição é constituída por três partes principais, a Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino. Focando nas Unidades, existe uma divisão quanto à sua função, sendo classificadas em Comandos Territoriais, Unidades Especializadas, Unidade de Representação e a Unidade de Intervenção e Reserva. De acordo com o objetivo desta investigação, a mesma incide particularmente sobre os Comandos Territoriais que são ao todo 20, um por cada distrito em Portugal Continental mais as Regiões Autónomas (Madeira e Açores).

Como FS a GNR prossegue diversas áreas de intervenção genérica, como a área policial, a segurança e ordem pública, a fiscalização e regulação da circulação rodoviária e a investigação criminal e contraordenacional, assumindo a área policial particular importância neste RCFTIA, já que se caracteriza pelo patrulhamento da zona de ação (ZA) desta instituição, atuando primeiramente de forma preventiva, através da vigilância, da fiscalização e da presença uniformizada, sendo também capaz de atuar de forma corretiva, sempre com o máximo respeito pelo cumprimento da legislação em vigor.

Consultando o documento “Estratégia da Guarda 2025: uma Estratégia centrada nas pessoas” (GNR, 2020) que contém o plano estratégico da instituição de 2020 a 2025, é aferível que a prioridade da instituição é o foco no cidadão, fazendo jus ao lema “uma força humana, próxima e de confiança”, sendo que para isso deve aumentar a sua presença, a sua proximidade, com o objetivo único de consolidar o sentimento de segurança da população.

CAPÍTULO 2 – O CRIME DE FURTO EM RESIDÊNCIA

É agora abordada a criminalidade no geral, enquanto fenómeno que ocorre na sociedade e quais as consequências da mesma, numa primeira fase; o intuito é, portanto, perceber as principais causas que fomentam o crime e porquê. Numa segunda fase a análise incide em específico no crime de furto em residência, fazendo o devido enquadramento legal e associando esta tipologia de crime à realidade de Portugal, percebendo a dimensão que atinge no nosso país e que características específicas é que possui.

2.1. A criminalidade e o seu impacto na sociedade

A criminalidade é considerada como um fenómeno complexo, cujo significado se altera consoante a época e a cultura estudada, visto que o que é considerado crime também varia consoante a perceção da população, pelo que existem comportamentos que em tempos não eram considerados crime e que agora o são como a violência doméstica (Jonathan, Olusola, Bernadin, & Inoussa, 2021).

Derivado do latim *crimen*, é considerado como crime “qualquer violação muito grave de ordem moral, religiosa ou civil, punida pelas leis” (Priberam, 2022), sendo que segundo Sowmyya (2014) ninguém nasce criminoso, mas são as condições à sua volta que o moldam e o levam a cometer crimes, podendo dividir estas condições nas seguintes categorias:

Sociais

- negligência familiar
- educação negligente
- consumo de álcool e drogas
- exclusão social

Económicas

- pobreza
- desemprego

Psicológicas

- doenças mentais
- predisposição devido à personalidade
- instabilidade emocional

Biológicas

- idade
- sexo
- razões hormonais (nível de testosterona)

Geográficas

- zonas de maior densidade populacional
- bairros marginalizados
- zonas turísticas

Quadro 1 – Condições que potenciam os crimes

Fonte: Realização Própria

Segundo Todaro (1981, p.56 as cited in Popoola, 2020, p.1) o desenvolvimento de uma nação é um processo complexo que envolve a reorganização e subsequente orientação dos sistemas económico e social, traduzindo-se assim no melhoramento da qualidade de vida da sua população, através do seu bem-estar social, da sua intervenção política e da sua estabilidade económica; sendo que este desenvolvimento não é possível numa nação que possua um elevado número de crimes praticados, já que isso vai contra os princípios mencionados, pelo que a redução da criminalidade assume um papel importante como prioridade nas medidas de segurança interna de um país.

Está comprovado que a criminalidade influencia a estabilidade de uma nação através do decréscimo do seu crescimento económico, isto em países estáveis e em relação aos crimes contra as pessoas e contra o património (já que em países em desenvolvimento especialmente, a ocorrência de crimes cometidos no exercício de funções públicas atrai empresas que se aproveitam de um fraco sistema fiscal e de uma legislação permissiva, ocorrendo enriquecimento, mas não havendo melhoria da qualidade de vida da maior parte da população); sendo que na prática o investimento privado escasseia, pois as atividades criminosas aumentam a incerteza e os custos associados aos negócios, o que se torna incomportável para os investidores, e por isso o número dos mesmos escasseia, ocorrendo uma menor entrada de capital no país

(Folorunsho & Rufus, 2017). Com menos capital, há menos investimento do Estado no bem-estar dos cidadãos.

Deixando a perspectiva económica do Estado, é importante perceber que a criminalidade afeta principalmente comunidades, e das seguintes formas:

- A população sente-se insegura dentro e fora das suas propriedades
- O seguro das habitações pode subir
- O valor de venda das habitações em si é afetado
- Novos negócios tendem a evitar a zona
- Negócios estabelecidos podem fechar devido a: repetidos furtos e perda de rendimento; aos custos de reparações por vandalismo e à perda de consumidores (BBC, 2022)

É preciso perceber que todos são afetados pela criminalidade, ou como vítima direta ou como alguém que conhece a vítima ou como alguém que sente os impactos do crime mencionados no parágrafo acima. Estando sujeito a sofrer um crime a pessoa em questão pode ficar com um trauma do acontecimento, sendo que se for uma criança aumenta a probabilidade de sentir medo e ansiedade constante, devido ao acontecimento traumático acontecer enquanto o seu cérebro ainda está em desenvolvimento, enquanto um adulto consegue recuperar mais facilmente, dependendo do crime (Wasserman & Ellis, 2007).

2.2. O crime de furto em residência – enquadramento legal e a realidade portuguesa

A Constituição da República Portuguesa⁴ (encontrando-se atualmente na VII revisão constitucional, de 2005) é o documento que contém os princípios que regem o Estado Português, servindo de base para as leis e os decretos-leis que entre outros constituem a legislação portuguesa. No artigo (art.) 9º - Tarefas fundamentais do Estado, pertencente aos “Princípios fundamentais” está escrito que é tarefa fundamental do Estado “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo”, considerando na Parte I, Título I, respeitante aos direitos e deveres fundamentais o “princípio da universalidade” (art.12º) e o “princípio da igualdade” (art.13º), dizendo o primeiro que a todos os cidadãos lhes são conferidos os direitos e deveres presentes e o segundo artigo que todos são iguais perante a lei, entendendo-se por igualdade, que se deve tratar por igual o que for igual e

⁴ Aprovada pela Assembleia da República através do Decreto de 10 de abril de 1976

por desigual o que for desigual na medida da sua desigualdade, ou seja, podem ser tomadas medidas que façam distinções, mas é proibida a criação de distinções discriminatórias, não ocorrendo nesse caso fundamentação “razoável, objetiva e racional” (Tribunal Constitucional, 2006).

No Título II da Parte I são introduzidos os direitos, liberdades e garantias, sendo importante realçar o art.34º que faz menção à inviolabilidade do domicílio enquanto um direito pessoal, sendo que mais à frente no Título III, referente aos direitos e deveres económicos está presente no art.62º que todo o cidadão tem direito à propriedade privada.

Passando agora ao Código Penal português⁵(CP), que como o nome indica trata-se de um conjunto de normas punitivas, que associa uma pena em consequência de determinado ilícito cometido. Ora este código no seu Título II introduz os crimes contra o património, contendo no art.202º - “definições legais” alguns conceitos importantes para esta investigação tais como:

- Arrombamento (art.202º, d) do CP) – “o rompimento, fratura ou destruição, no todo ou em parte, de dispositivo destinado a fechar ou impedir a entrada, exterior ou interiormente, de casa ou de lugar fechado dela dependente”;
- Escalamento (art.202º, e) do CP) – “a introdução em casa ou em lugar fechado dela dependente, por local não destinado normalmente à entrada, nomeadamente por telhados, portas de terraços ou de varandas, janelas, paredes, aberturas subterrâneas ou por qualquer dispositivo destinado a fechar ou impedir a entrada ou passagem”;

No Capítulo II do mesmo Título, dedicado aos crimes contra a propriedade (uma categoria dentro dos crimes contra o património), é introduzido o conceito de furto no art.203º que se traduz pela subtração de “coisa móvel ou animal alheios” com “intenção de apropriação para si ou para outra pessoa”. É importante referir que o furto é um crime de consumação instantânea, ou seja, é consumado logo que o indivíduo a passa a deter no seu controlo, não sendo necessário que o “domínio se exerça com sossego e tranquilidade” (TRC, 2013), o que significa que a partir do momento em que ocorre a subtração e domínio trata-se de um crime de furto na forma consumada (a forma tentada também é punível segundo o art.203º,nº2), mesmo que seja intercetado no local por

⁵ Aprovado através do Decreto-Lei nº48/95, de 15 de março, sendo a versão mais recente a 55ª, resultante da Lei nº 94/2021, de 21/12

membros das forças de segurança mas já com o elemento furtado na sua posse, não sendo necessário abandonar o local para assim o ser considerado (TRE, 2015).

O artigo seguinte, art.204º, refere o furto qualificado, que difere do furto simples por incluir características específicas que acentuam a pena aplicável, onde se enquadra:

- Nº1, f) – “Introduzindo-se ilegitimamente em habitação, ainda que móvel, estabelecimento comercial ou industrial ou espaço fechado, ou aí permanecendo escondido com intenção de furtar”;
- Nº2, e) – “Penetrando em habitação, ainda que móvel, estabelecimento comercial ou industrial ou outro espaço fechado, por arrombamento, escalamento ou chaves falsas”;

Refere ainda o nº4 do presente artigo que este não é aplicável, ou seja, a qualificação não se aplica se a “coisa ou o animal furtados forem de diminuto valor”, o que segundo a definição presente no art.202º, c) do CP significa que o valor em questão não excede uma unidade de conta (inferior ou igual), sendo que atualmente este valor se encontra fixo em 102€ (art.9º da Lei nº99/2021) (HomePage Jurídica, 2020).

Continuando com a realidade portuguesa, será agora analisado o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), que é um relatório anual que contém o registo da criminalidade participada respeitante ao período de janeiro a dezembro de determinado ano, congregando dados de vários Órgãos de Polícia Criminal (OPC)⁶, entre eles a GNR, permitindo através dos dados estatísticos recolhidos acompanhar o estado da segurança em Portugal.

O gráfico que se segue demonstra a diminuição da criminalidade geral participada do ano de 2020 para o ano de 2021, sendo os últimos dados à altura da realização deste RCFTIA. É importante referir que no ano de 2021 o país ainda se encontrava afetado pela Pandemia da COVID-19, o que pode influenciar os dados.

⁶ Segundo a Lei de Organização da Investigação Criminal, (LOIC, 2008), no seu art.3º prevê quais são os OPC previstos com competência genérica em matéria de investigação criminal, estando a GNR mencionada no nº1, b) do presente artigo. É referido no art.6º da presente lei que “é da competência genérica da Guarda Nacional Republicana (...) a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo”. Segundo o art.1º da presente lei entende-se por investigação criminal “o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”.

	Denominação	Ano 2020	Ano 2021	Var %	Dif
✓	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	23.439	22.524	-3,9%	-915
✗	Furto em veículo motorizado	20.958	22.250	6,2%	1.292
✗	Burla informática e nas comunicações	19.855	21.374	7,7%	1.519
✗	Ofensa à integridade física voluntária simples	18.389	18.948	3,0%	559
✗	Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2g l	13.693	15.390	12,4%	1.697
✗	Outras burlas	13.427	15.123	12,6%	1.696
✗	Outro dano	14.411	14.847	3,0%	436
✗	Ameaça e coação	14.331	14.784	3,2%	453
✗	Condução sem habilitação legal	12.897	14.511	12,5%	1.614
✓	Furto em residência com arrombamento,escalamento ou chaves falsas	9.168	8.420	-8,2%	-748
✓	Furto de veículo motorizado	8.684	7.485	-13,8%	-1.199
✓	Furto oportunidade de obj. não guardado	7.247	7.067	-2,5%	-180
✓	Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsa	7.188	5.875	-18,3%	-1.313
✓	Incêndio fogo posto floresta, mata, arvoredo ou seara	5.908	5.705	-3,4%	-203
✓	Outros furtos	5.588	5.159	-7,7%	-429
✓	Furto em edif comercial/industrial SEM arr. esc. ch. F.	5.324	5.098	-4,2%	-226

Figura 2 – Os crimes mais participados em Portugal, 2020-2021

Fonte: Retirado de Sistema de Segurança Interna (2022, p.38)

Ao analisarmos a tabela que contém os 16 crimes que juntos perfazem aproximadamente 70% de toda a criminalidade participada em Portugal, podemos verificar que a tipologia de “furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas” correspondeu no ano de 2021 a 8 420 casos de furto (2,8% do total nacional) na categoria de criminalidade geral. É de realçar que esta tipologia de crime desceu de 9 168 casos em 2020, perfazendo menos 748 crimes.

Para contrariar a influência da anomalia que ocorreu nos anos de 2020 e 2021 será apresentado um gráfico referente ao crime de furto nas suas diversas formas, mostrando a evolução dos números desde 2012 até 2021.

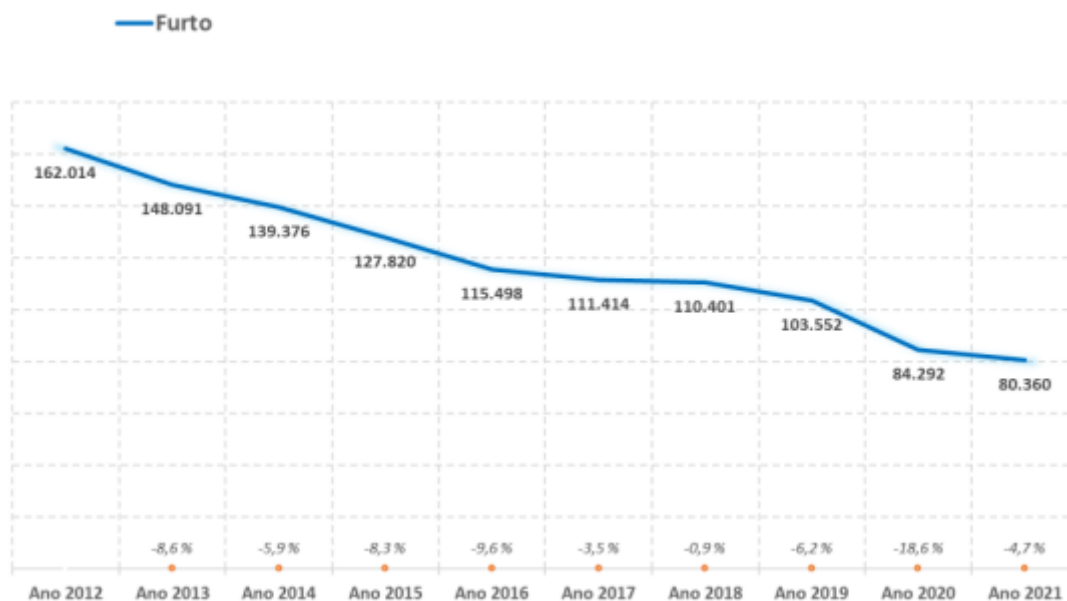


Figura 3 - Evolução do crime de furto, 2012-2021

Fonte: Retirado de Sistema de Segurança Interna (2021, p.39)

Como é observável na figura, o número de crimes de furto registados em Portugal desceu desde 162 014 em 2012 para 80360 casos em 2021, contando todos os tipos de furto. Atualmente, o crime de furto perfaz 26,7% de todos os crimes registados a nível nacional (um total de 300 974 crimes).

De seguida é apresentada uma tabela com dados relativos exclusivamente aos crimes contra o património, mais especificamente “furto em residência com arrombamento, escalamento ou com chaves falsas”, “furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas”, “furto em área anexa a residência” e “roubo a residência”, que se diferencia do furto por envolver o recurso a violência ou a “ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física” segundo o art.210º do Código Penal.

Nº crimes		Ano	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
(CP) Contra o património	Contra a propriedade	Furto residência c/arrombamento/escal/chaves	8 420	9 168	10 961	12 161	12 300	14 369	16 186	19 312	22 206	25 151	28 307	26 653	26 045
		Furto residência s/arrombamento/escal/chaves	3 752	3 804	4 624	4 523	4 688	4 472	4 359	4 775	5 798	6 165
		Furto em área anexa residência	3 523	3 821	2 741	2 834	3 394	3 914	4 149	4 226	4 062	4 236
		Roubo a residência	511	659	574	605	569	591	676	732	848	995	736	683	..
		Contra a propriedade Total	16 206	17 452	18 900	20 123	20 951	23 346	25 370	29 045	32 914	36 579	40 432	43 729	40 327

Figura 4 - Crimes contra o património (furto e roubo a residência), 2009-2021

Fonte: Retirado de Estatísticas da Justiça (2022)

Na figura anterior já é observável a diminuição dos números desde 2009, revelando que em relação ao “furto em residência com arrombamento, escalamento e chaves falsas” os números de 2021 constituem 32,33% dos números de 2009 (8 420 em relação a 26 045

crimes), enquanto que o total de 2021 é 62,22% do total de 2009 (o número de crimes contra o património apenas nestas quatro categorias é de 16 206 em 2021 comparando com 26 045 em 2009), mostrando a descida absoluta dos números registados, o que dá mais credibilidade à ação das Forças e Serviços de Segurança, não esquecendo que este tipo de crimes depende da participação do cidadão, daí o nome criminalidade participada, pelo que a redução nos números pode estar associada a mais do que um fator e não ser só analisada com base no que se pretende que os números revelem.

CAPÍTULO 3 – O PROGRAMA ESPECIAL RESIDÊNCIA SEGURA

Neste Capítulo serão abordados os Programas Especiais de Policiamento de Proximidade, explicando como se inserem na atividade operacional da Guarda e quais são os principais programas adotados, focando especialmente no Programa Especial Residência Segura.

3.1. Os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento

Para perceber os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP) é necessário perceber primeiro como se definem os conceitos de policiamento de proximidade e policiamento comunitário. O policiamento de proximidade tem a sua origem em França, com o objetivo de aproximar a polícia da população, decidiu-se que era necessário reforçar os laços com o cidadão, pelo que se opta por reforçar a presença policial na via pública. Deixou de se ver a polícia como uma força de segurança apenas para se criar a ideia de uma instituição que presta serviços ao cidadão (Alves, 2008).

Para a GNR, o policiamento de proximidade é uma forma de gestão de segurança, que ao ser implementada junto da população tem como objetivo atender às necessidades da mesma, através de uma ação policial preventiva, sendo que estas necessidades são previamente identificadas (Cardoso, 2016).

Diferente desta abordagem é o conceito de policiamento comunitário que deriva do modelo anglo-saxónico cujo objetivo é desenvolver a integração e a coesão sociais para ajudar a prevenir a criminalidade, sendo que em vez de se policiar para a comunidade quer-se policiar com a comunidade. Isto é alcançável através da criação de laços com associações de moradores ou vigilantes voluntários de bairros, tendo em vista a que a polícia seja conhecida pelos cidadãos e não que sejam vistos só em caso de ocorrência (Pona, 2010). A estratégia deste modelo de policiamento tem como objetivo final que ocorra uma participação efetiva do cidadão na resolução de problemas, o que por sua vez também aumenta o sentimento de segurança, porque o próprio cidadão se sente envolvido na tarefa de criar segurança na sua comunidade (Lucas, 2021). Por último é importante salientar que o policiamento comunitário baseia-se numa atitude proativa, em que se quer prevenir a ocorrência de crimes, em vez de uma atitude reativa, em que se reage a uma ocorrência, e por isso é que se torna importante recolher informação através das pessoas (Poiães, 2013).

Na perspetiva da GNR o policiamento comunitário assume-se como uma filosofia que pretende criar uma parceria entre o cidadão e a polícia, tendo como base a ideia de que a polícia e a comunidade devem trabalhar em conjunto, para que assim consigam identificar os problemas que afetam a área em questão e encontrar soluções (Cardoso, 2016). Dentro deste método de policiamento podemos elencar quatro principais objetivos:

- Criar um sentimento de segurança na população;
- Construir relações de confiança entre os militares e os cidadãos;
- Manter a ordem, através da análise das características específicas que potenciam conflitos na zona;
- Reduzir a criminalidade.

A responsável pela implementação deste modelo de policiamento a nível nacional é a Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (RPCPC), pertencente ao Comando Operacional da GNR, e implementa-o através dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), tendo um oficial em cada Comando Territorial responsável pelos mesmos, sendo este o chefe da Secção de Operações, Treino e Relações Públicas (SOTRP) (18 a nível nacional). Dependente deste existem as Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, que estão distribuídas pelos Destacamentos Territoriais existentes, sendo estas que monitorizam os programas no terreno e que interagem diretamente com o cidadão. Por sua vez, as SPCPC são constituídas por equipas, sendo que cada equipa se especializa e acompanha um PEPP diferente (Cardoso, 2016).

A criação destes PEPP segue uma estratégia dividida por fases, sendo estas:

1. Identificação do Problema
2. Análise do Problema
3. Criação de Modalidades de Ação
4. Implementação do Programa
5. Avaliação do Programa

Dentro dos PEPP, estes dividem-se relativamente à forma como são implementados, existindo os que são desenvolvidos e estão sob a alçada do Ministério da Administração Interna (como por exemplo o “Programa Escola Segura”, “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” ou o “Programa Comércio Seguro”), os que são desenvolvidos através de parcerias com outras entidades (“Projeto SOS Azulejo”,

“Projeto Igreja Segura – Igreja Aberta”, “Programa Rumo Seguro”, etc.) e por último, os programas que são desenvolvidos pela GNR (ex: “Operação Azeitona Segura” e o “Programa Residência Segura”, que é o foco deste trabalho de investigação) (GNR, 2022).

3.2. Safe Communities Portugal

Fundada por David Thomas, a Safe Communities Portugal (SCP) é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo principal a prevenção criminal e a divulgação de informação sobre segurança, tanto em “safety” como em “security”, que são dois termos que em português assumem a mesma tradução, mas que possuem significados diferentes, sendo que a “safety” está relacionada com a integridade física, com a saúde e a proteção do cidadão, aliando-se em termos de significado ao sentimento de segurança, enquanto que a “security” se relaciona com a segurança nacional, através de conceitos como a soberania, a segurança do património e a estabilidade da nação (Sousa, 2015).

A SCP foca uma significativa parte do seu trabalho na promoção do policiamento comunitário usando este como um meio para alcançar comunidades mais seguras em que o risco de serem alvo de crimes seja menor. Tendo sido fundada por um cidadão de origem inglesa, o seu foco prende-se nos cidadãos de origem estrangeira residentes ou de passagem com fins lúdicos por Portugal, servindo como um meio de passagem de informação entre as autoridades portuguesas e estes, tendo focos mais concentrados em certas zonas do país, como é o caso do Safe Communities Algarve, existindo também em Lisboa e na Madeira. Como prova do seu alcance esta associação foi declarada entidade de utilidade pública pelo Conselho de Ministros, devido ao seu papel na sensibilização das pessoas para a segurança, e o que podem fazer para se proteger (PSP, 2022).

O seu fundador e presidente, David Thomas, possui uma vasta experiência na área da segurança, tendo servido na polícia de Hong Kong, sido consultor a tempo inteiro da INTERPOL durante quatro anos, além de consultor para a United Nations Office on Drugs and Crime em 2010 em Bangucoque, usando este conhecimento para apoiar a comunidade na qual o mesmo se insere, visto que reside em Portugal (SCP, 2022).

3.3. O Programa Especial Residência Segura – a realidade do Comando Territorial de Faro

O Programa Especial Residência Segura foi lançado pela GNR em Loulé em 2010, no seguimento de um grande aumento do número de roubos e furtos em residência, que incidia em locais isolados, principalmente afastados do Litoral e incidindo na zona do Barrocal, tendo como principal alvo moradores estrangeiros. Após discussão entre a GNR e os moradores sobre qual a melhor forma de responder a esta situação, surge a ideia de estreitar a relação entre o cidadão e a GNR e entre as próprias pessoas, numa noção de comunidade, para que mais facilmente se relatasse algo de estranho e que os moradores se protegessem. Para este fim o DTer de Loulé cria uma equipa constituída por militares fluentes em inglês para desenvolverem o programa, na altura projeto, sendo estes militares pertencentes das SPCPC, pelo que já tinham conhecimentos nas áreas do policiamento de proximidade e comunitário (Safe Communities Portugal, 2022).



Figura 5 - Demografia do Algarve

Fonte: Retirado de (Câmara Municipal de Lagos, 2022)

Da parte operacional da GNR o objetivo do programa é melhorar a capacidade de resposta em caso de ocorrência, usando para isso a georreferenciação e a numeração das residências indicadas, colocando uma placa no local⁷, para aumentar a capacidade de dissuasão. Após a criação do PERS outras áreas mostraram vontade em contribuir e aderirem ao projeto, o que mostrou que esta experiência em Loulé apresentava resultados e aumentava o sentimento de segurança por parte do cidadão, para além da chegada mais rápida dos militares e da diminuição do número de furtos nas áreas incluídas (GNR, 2022).

⁷ Ver anexo E

Após o sucesso inicial o programa foi alargado e passou a incluir também os DTer de Portimão, Albufeira, Silves, Faro e Tavira, para além de Loulé, pertencentes ao CTer de Faro (Safe Communities Portugal, 2022). Atualmente o programa encontra-se oficialmente implementado a nível nacional, sendo que não tem a mesma influência que possui no Algarve, devido às características únicas desta região que serão mencionadas mais à frente no trabalho.

Como parte da sua atuação e tendo por base o PERS, os militares das SPCPC patrulham as áreas residências incluídas nos programas e sensibilizam os cidadãos para os procedimentos de segurança que devem adotar para prevenir os furtos em residência, distribuindo *fliers*⁸ pelas pessoas, aparecendo em eventos e participando em reuniões com os moradores, a Safe Communities Portugal e as Autarquias (Safe Communities Portugal, 2022).

Atualmente pertencem a este programa na área do DTer de Loulé 44 áreas com cerca de 3078 residências, tendo sido registados 14 furtos no ano passado nas habitações pertencentes ao PERS.

⁸ Ver anexo D

PARTE II – METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Inicia-se agora a segunda parte deste RCFTIA que foca na metodologia de investigação e no trabalho de campo realizado. Este capítulo aborda a metodologia usada ao longo deste trabalho de investigação, referindo as etapas necessárias do procedimento científico, os métodos e materiais usados para a recolha de dados bem como a estratégia que permite que a investigação siga o seu fio condutor.

4.1. Tipologia de abordagem

Tratando-se de um trabalho científico com o objetivo último de produzir conhecimento, é necessário usar uma abordagem científica para o guiar, pelo que foi usado como método de abordagem o indutivo, em que se parte inicialmente de informações particulares (recolhidas previamente) com o intuito de tecer um plano geral do tema, o que se pode designar por “conexão ascendente” (Marconi & Lakatos, 2007).

De seguida foi escolhida a metodologia de investigação, que define qual é o método a utilizar para recolher informação, que segundo Fortin (2003) pode ser qualitativa ou quantitativa, sendo que no primeiro o investigador foca-se em observar e tentar interpretar o fenómeno estudado, nomeadamente através de entrevistas, enquanto no método quantitativo a recolha de informação é realizada através da colheita de dados, incluindo-se neste grupo os questionários.

Como forma de estruturar o pensamento e estabelecer o fio condutor do trabalho foram usados os procedimentos de Quivy & Campenhoudt (2005), sendo estes:

- Rutura – quebra com as ideias concebidas anteriormente, porque podem estar baseadas em preconceitos e falsas evidências, devido a se olhar apenas para os factos imediatos ou existir um apoio em posições que são parciais a certa narrativa;
- Construção – depois da libertação das ideias pré-concebidas deve ocorrer a criação de uma nova narrativa devidamente fundamentada e o seu processo de criação tem por base uma série de etapas que apoiam a estratificação do pensamento crítico;

- Verificação – após ter a narrativa pensada e sustentada, a mesma deve ser testada, sendo que uma maneira de o realizar é através da exposição da temática a alguém que se encontre fora do ambiente operacional da GNR, como Presidentes da Câmara e de Junta ou um representante da Safe Communities Portugal, que são indivíduos que são afetados pelos resultados do Programa Especial Residência Segura, mas não participam na sua execução.

Considerando que a estruturação facilita a criação do fio condutor do trabalho, optou-se pelo uso de etapas (Quivy & Campenhoudt, 2005), que são as seguintes:

1. Pergunta de partida – é o primeiro fio condutor, a questão que inicia o processo de investigação, devendo ser clara, exequível e pertinente;
2. Exploração – ocorre uma familiarização com o tema por parte do investigador, através da leitura de documentos e/ou de entrevistas, por exemplo;
3. Problemática – nesta fase procura-se confrontar a pergunta de partida com o conhecimento adquirido;
4. Construção do modelo de análise – assumindo-se como o prolongamento da problemática é a fase em que se estrutura a abordagem e se forma um quadro de análise que seja coerente;
5. Observação – existe uma confrontação entre o modelo de análise previamente delineado e os dados observáveis empiricamente;
6. Análise das informações – ocorre a análise e tratamento dos dados recolhidos, procurando criar relações entre a informação pré-existente para criar novo conhecimento;
7. Conclusões – divide-se em três grandes partes: uma consideração em retrospectiva do procedimento realizado, a apresentação dos contributos produzidos com a investigação e por último algumas considerações práticas.

Tendo em conta o objetivo geral deste trabalho que é “estudar a eficácia do Programa Residência Segura no combate aos furtos em residência” foi formulada como pergunta de partida (PP) “de que forma o Programa Residência Segura contribui na prevenção dos furtos em residência?”, sendo esta a pergunta que se pretende responder ao longo da investigação. Será agora apresentado um quadro que mostra a relação entre os objetivos específicos (OE), derivados do objetivo geral (OG), e as perguntas derivadas (PD), que derivam da PP.

Nº	Objetivos Específicos	Perguntas Derivadas
1	Identificar as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência.	Qual a importância do crime de furto a residência na atuação da GNR e quais as medidas que toma?
2	Perceber os PEPP e o seu impacto na atividade operacional da GNR.	O que são os PEPP e qual é o seu impacto na atividade operacional da GNR?
3	Analisar o Programa Residência Segura, desde a sua implementação até à monitorização do mesmo hoje em dia.	Que resultados tem apresentado o Programa Residência Segura, desde a sua criação até aos dias de hoje?

Tabela 1 – Enquadramento dos objetivos específicos com as perguntas derivadas

Fonte: Realização própria

De forma a alcançar os objetivos definidos, privilegiou-se o uso da estratégia qualitativa, na medida em que para alcançar as conclusões deste tema, não é através de números que se vai conseguir, visto este Programa Especial incidir no sentimento de segurança do cidadão, e ser esse o último meio de verificação de satisfação e de confirmação de efetividade do programa, no entanto houve o recurso a questionários, nomeadamente a pessoas que não pertencem à GNR e que estão do outro lado da atuação da instituição.

4.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Foram abordadas diversas fontes de dados e diferentes instrumentos de investigação, tendo ocorrido uma preferência por informação de fontes primárias, do que através de secundárias (Fontelles, Simões, Farias, & Fontelles, 2009). Para recolher dados recorreu-se, portanto à análise documental, focada principalmente na consulta de documentos e artigos científicos e de notícias online, devido à facilidade de acesso a fontes certificadas e à variedade de informação disponível. Para complementar a pesquisa e a análise documental foram também realizadas entrevistas.

4.3. Recolha de dados

Em termos de pesquisa, ocorreu a consulta de fontes bibliográficas e fontes documentais (difere da bibliográfica pelo facto de os materiais não receberem análise crítica) (Fontelles, Simões, Farias, & Fontelles, 2009) bastante diversas, tanto nacionais como estrangeiras, consultando teses de mestrado e doutoramento, artigos de notícias,

artigos científicos, legislação nacional e doutrina da GNR. Para além destas fontes foram também consultados dados estatísticos com os do RASI. Não focando somente na análise documental ocorreu também pesquisa de campo, que através de uma abordagem qualitativa se optou por serem entrevistas, que através da sua abordagem única com o indivíduo alvo permitem uma enorme absorção de informação, especialmente de forma natural, já que é dito na hora. Para este efeito optou-se pela entrevista individual e semiestruturada, em que o investigador atribui liberdade ao entrevistado para mostrar o seu conhecimento e partilhar informação, sendo trabalho do investigador reencaminhar a entrevista, se a mesma se desviar dos objetivos propostos (Quivy & Campenhoudt, 2005).

As entrevistas foram realizadas através de videoconferência, devido à conveniência que este método oferece.

4.4. Amostra

Restringindo a amostra de entrevistados a pessoas com diferentes graus de influência na aplicação e monitorização do programa torna a recolha de informação mais eficiente, já que a quantidade de pessoas envolvidas neste mesmo programa, quer na sua aplicação através da GNR, quer na sua receção enquanto cidadão alvo, atinge um valor gigantesco, não constituindo uma opção apazível realizar questionários a todos os indivíduos afetados pelo PERS.

De entre os envolvidos escolhidos, incidiu-se em militares de diferentes graus de patente e de influência em relação ao programa, pertencendo todos à GNR. Além disso também se entrevistou um civil relacionado ativamente com o programa, que serve de porta-voz a vários cidadãos estrangeiros que atualmente residem em Portugal.

Ao se optar pela diversidade dos entrevistados é possível ouvir e interpretar uma maior variedade de perspetivas em relação ao PERS, o que providencia um maior conhecimento em relação ao mesmo. Através das respostas de cada um ganha-se acesso a diferentes opiniões e experiências, não os representando só a eles, mas ao grupo que os mesmos representam, sendo que consoante o entrevistado, são esboçados interesses e preocupações ligeiramente diferentes, devido a cada um ver o PERS num grau diferente, quer seja de alta ou baixa patente no sistema hierárquico, ou quer seja militar ou civil.

Devido às diferentes perspetivas face às mesmas questões, as respostas foram também enquadradas em três grandes temas⁹, sendo estes: a caracterização do crime de

⁹ Vide Apêndice B

furto em residência; a atividade das Secções de Policiamento Comunitário; a Monitorização do Programa Especial Residência Segura. Estes temas permitem agrupar as diferentes perspetivas sobre o mesmo assunto, permitindo tirar uma ideia geral e perceber melhor o enquadramento destes elementos face ao programa.

4.5. Tratamento e análise de dados

Através de uma boa análise à parte documental e às entrevistas semiestruturadas é possível obter algumas conclusões preliminares, extraídas principalmente do conhecimento prático que foi absorvido dos envolvidos nesta recolha. Para facilitar o tratamento e a análise de dados deve-se usar método, para organizar a informação e retirar o melhor proveito da mesma. Para isso realizou-se uma análise do geral para o particular, ao partir-se do enquadramento do sentimento de segurança em Portugal e quais os efeitos do crime de furto em residência no meso, para depois poder-se chegar a uma realidade mais específica, nomeadamente o PERS, que é usado para combater este fenómeno criminal.

Para facilitar o enquadramento da informação, foram agrupadas as respostas dos entrevistados em relação às perguntas realizadas, existindo a diferença das perguntas colocadas aos militares em contrapartida com a parte civil, visto que dos primeiros se pretende um enquadramento mais prático do programa e mais ligado à sua implementação e desafios da mesma, enquanto que do cidadão se pede a sua perceção em relação à eficácia do mesmo, procurando perceber o impacto do PERS no sentimento de segurança¹⁰.

4.6. Procedimentos da recolha de dados

No início da investigação recorreu-se principalmente à internet para recolher dados, principalmente na fase do enquadramento teórico, consultando tanto estudos internacionais, como artigos científicos ou dados estatísticos nacionais, aproveitando a facilidade de obter informação através desta ferramenta. Devido à especificidade do tema, o aprofundamento do mesmo só é possível através do contacto com pessoas intervenientes no mesmo, sendo que a disponibilidade destas mesmas pessoas ao aceitarem ser entrevistados é de louvar, tendo aceitado ser contactadas via e-mail e por telefone, para posteriormente se proceder ao agendamento de videoconferências, sendo estas um

¹⁰ Vide Apêndice C

método que ignorando a distância envolvida, facilita o contacto entre entrevistador e entrevistado.

Como meios de recolha de dados, foram usadas as várias tecnologias de informação disponíveis atualmente, sendo possível aceder aos dados recolhidos anualmente em matéria de criminalidade através dos RASI disponíveis entre outras fontes bibliográficas, nomeadamente para o enquadramento da parte documental.

No outro lado, relativamente às entrevistas, as mesmas foram marcadas através do *Outlook* com os intervenientes das mesmas e foram realizadas através da plataforma *Zoom* enquanto videoconferências. Em relação a tudo o que foi escrito e se encontra presente neste trabalho de investigação aplicada foi usado o *Microsoft Office Word*.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo alude aos resultados obtidos através das entrevistas realizadas, que aqui são apresentados e conseqüentemente analisados, nomeadamente as respostas dadas. Dando ao seguimento à investigação, sucede-se o período da discussão de resultados, em que ocorre a comparação entre o que foi concluído através da revisão da literatura e o que se conclui com as entrevistas. A abordagem para este capítulo baseia-se em procurar respostas para a pergunta de partida e as derivadas, que têm como fim último responder aos objetivos específicos e consecutivamente ao objetivo geral.

5.1. Caracterização dos entrevistados

Relativamente aos inquiridos procurou-se obter respostas tanto de militares como civis, no entanto, a grande parte dos civis não respondeu em tempo oportuno, especialmente os presidentes das juntas freguesia, pelo que a análise dos resultados incide principalmente no ponto de vista dos implementadores do programa.

Devido às questões de entrevista terem sido diferentes para militares e civis, a análise das entrevistas vai ser feita em duas partes, primeiro a opinião dos militares e na segunda parte a dos civis.

5.2. Apresentação, análise e discussão das respostas dos militares

Começando pela apresentação, análise e discussão das respostas à questão “**Quais são as principais características do furto em residência?**”, o objetivo da mesma passa por compreender a dimensão e identificar as especificidades que caracterizam esta tipologia de crime.

Tendo isso em conta, o furto em residência é um crime que se aproveita do facto dos moradores não se encontrarem nas suas residências, além de terem indícios da ausência dos mesmos, como através de portadas fechadas, ou no caso de ausência prolongada pela falta de cuidado da habitação (E1, E2, E3). Estes furtos também ocorrem quando o assaltante tem informação de que o morador é uma pessoa idosa ou debilitada e/ou isolada, o que faz com que mesmo que esteja em casa não se consiga defender (E2).

No Algarve este crime costuma incidir principalmente na altura do verão e em alojamentos de férias, incidindo principalmente na ausência dos moradores, apesar de também ocorrer com os mesmos em casa (E2 e E3).

O crime de furto em residência é um crime contra o património, mas que indiretamente é um crime que afeta o espaço mais reservado das pessoas, o seu espaço íntimo. Ou seja, não se tratando de um crime contra as pessoas, é um crime que as afeta profundamente, sendo realizado na sua esfera privada, criando todo um descrédito naquilo que é o sentimento de segurança. O que o diferencia em termos de impacto dos outros crimes contra o património são os efeitos que causa no momento e no futuro (E4).

Com a questão **“Que dimensão assume o crime de furto em residência dentro da criminalidade registada anualmente?”** pretendia-se inferir a importância do combate ao furto em residência, face ao número de incidências, comparativamente a outras tipologias criminais.

Dentro da criminalidade registada anualmente os crimes contra o património assumem grande importância (E2), sendo que em termos de números registados no DTer de Loulé podemos afirmar 926 crimes de furto de 3206 crimes na totalidade, sendo que dentro dos furtos 335 são furtos em residência, o que perfaz 10,45% do total do último ano (desde 28 de abril de 2021 a 28 de abril de 2022) (E3).

No RASI 2021 é feito um levantamento dos 16 crimes que juntos perfazem 70% do total da criminalidade participada, onde se inclui o furto em residência, destacando-se pela redução dos seus números em cerca de 14% de 2020 para 2021, de 9168 para 8420 a nível nacional. No entanto, o facto de estarmos em período pandémico também pode influenciar esta mudança, pois trata-se de um crime de oportunidade, que ocorre ou na ausência dos proprietários ou mesmo que na sua presença, sem o seu conhecimento. O facto de as pessoas estarem em casa dificulta a perpetuação deste tipo de furto (E4).

Através da pergunta **“Como avalia o impacto deste crime no sentimento de segurança dos cidadãos?”** pretendia-se perceber qual o maior impacto deste crime, comparando entre o efeito psicológico, a perda de bens ou o impacto físico na vítima.

Percebeu-se então que este é um tipo de crime que produz muito transtorno psicológico no cidadão, produzindo efeitos duradouros no subconsciente da vítima, devido a se considerar a habitação como o último reduto que é inviolável e onde nos podemos sentir seguros (E2). Assim sendo e devido a estas ocorrências assume-se como uma das tipologias de crime que mais contribui para o sentimento de insegurança dos cidadãos (E3).

O facto de as residências mais escolhidas situarem-se em locais isolados e de difícil acesso em tempo útil, como no barrocal e na serra algarvia, também não facilita esta situação (E1).

Este tipo de crime acontece maioritariamente por descuido, por falta de cuidado por parte de quem o sofre, devendo-se ter em consideração que todas as medidas tomadas não impedem a ocorrência do furto, mas diminuem a sua probabilidade.

O cidadão deve assumir que o furto aconteceu porque a sua casa provavelmente não estava segura em vez de ver esta ocorrência como falta de medidas de policiamento. O primeiro impacto do crime é psicológico, porque o cidadão percebe que a sua residência afinal não está segura como pensava, a sua esfera mais íntima. Depois também associa o ocorrido à falta de atuação da polícia, à falta de medidas de policiamento de proximidade, não vendo como razão a sua própria culpa.

A Guarda tenta estar em todo o lado, mas isso não acontece, pelo que a comunidade deve assumir um maior impacto na sua segurança.

Resumindo, o impacto psicológico pelo descrédito das medidas das forças de segurança, sendo que o sentimento de segurança ou a sua falta também cria um impacto social, pois a ocorrência do crime não afeta só o furtado, mas toda a gente sente-se menos segura a partir do momento em que sabe que ocorreu o furto. Há ainda o impacto financeiro, não só pela perda dos bens, mas porque o cidadão afetado após ter sofrido o crime vai fazer um investimento no aumento de segurança da sua habitação, e não só ele, mas o resto da população também vai equacionar estas medidas, fruto do seu sentimento de insegurança. No entanto este investimento pode ser mal direcionado, pois em Portugal o alarme é considerado como a melhor medida de segurança, sendo que a nível europeu é visto como uma medida placebo, devendo ser complementar, mas o seu efeito prático é reduzido, desde o atraso de resposta entre o alarme e a chegada de meios aos falsos alarmes, que ao acontecerem baixam o nível de atenção relativamente a esta medida.

Em jeito de conclusão, ocorre o impacto psicológico, o impacto social e o impacto financeiro (E4).

A questão quatro: **“Quais são as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência?”** pretende perceber as prioridades de ação da GNR para prevenir os furtos em residência.

É importante perceber que a principal medida é o patrulhamento em áreas consideradas sensíveis, quer por serem isoladas e atrativas a assaltantes, quer por através

da recolha de dados se notar que é uma área onde ocorre uma maior incidência de furtos (E2), sendo que algumas destas áreas nem eram do conhecimento da maioria dos militares antes da implementação da georreferenciação através do PERS.

Regularmente são feitas ações de sensibilização junto da população mais isolada, informando-a dos cuidados que devem ter, de que se devem proteger a si próprios através da instalação de alarmes e de sistemas de videovigilância, de que devem tomar nota de viaturas estranhas nas imediações das suas casas e que devem ter apontado os números da Equipa Residência Segura e do PTER responsável pela área onde são residentes (E1 e E3).

Também é usado como medida o empenhamento do policiamento comunitário, não só como forma de patrulhamento de visibilidade, mas para recolher informação, que é posteriormente conjugada com a investigação dos elementos da Investigação Criminal (E2).

Atualmente, usando o modelo de policiamento de proximidade atua-se na base da prevenção, assumindo que a presença dos militares é dissuasora, mas o seu peso é discutível, porque não conseguimos estar junto de todas as residências todo o tempo. Apesar de ainda não ser feito, um importante passo pode ser o uso de videovigilância em espaços públicos, para identificar dinâmicas e práticas. Para além do policiamento de proximidade, deve também ser feita a sensibilização, nomeadamente através das redes sociais, sendo uma forma de divulgação extremamente rápida, aliadas à comunicação social.

Pós-furto é usada a investigação criminal como meio de obtenção de prova, no entanto, em termos de prevenção o foco está na nossa presença, através do policiamento de proximidade, aliada à sensibilização.

Em Portugal ainda falta passar o conceito da integração da comunidade para a prática, ou seja, envolver a atuação da câmara, da junta, do cidadão, dos seus vizinhos, na prossecução de segurança. Ocorre o policiamento de proximidade, mas falta por vezes dar o próximo passo (E4).

A questão cinco **“Qual o papel dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP) na atividade operacional da GNR?”** das entrevistas aos militares tem por objetivo caracterizar os PEPP e aferir o impacto dos mesmos junto das SPCPC no sentimento de segurança dos cidadãos.

Regularmente são registados os casos que se inserem no âmbito de aplicação dos PEPP, preenchendo fichas com os dados pessoais de cada pessoa, inclusivamente quantas pessoas moram em casa, se a morada é permanente ou não, quando é que se costumam ausentar, etc. E com base nesse ponto é se pedido às pessoas que quando se ausentarem da sua casa para informarem a GNR, porque se sabe que a habitação estará mais vulnerável. Esta informação transmite-se através do contacto direto com o cidadão.

Ao se registarem e atualizarem os dados, torna-se possível fazer um acompanhamento constante dos diferentes programas e das pessoas por estes englobadas. Apesar de existirem militares responsáveis por certos programas especiais, todos os militares das SPCPC trabalham uns com os outros, o que facilita a troca de informação e o intercâmbio entre programas (E1).

Algo que afeta grandemente a aplicação dos PEPP, referindo a realidade do DTer de Loulé em concreto, é a falta de efetivo, o que faz com que estes militares por vezes estejam empenhados em funções de patrulhamento às ocorrências em vez de desempenharem a sua atividade específica, desvirtuando o objetivo da criação das SPCPC para satisfazer outras necessidades do serviço da GNR (E3).

É importante referir que para a atividade operacional da Guarda ter o maior sucesso possível deve ocorrer uma boa conjugação entre o trabalho das SPCPC, dos PTER e do NIC, sendo que as SPCPC e os PTER estão na primeira linha de recolha de informação a maior parte do tempo, sendo estes os que mais interagem com a população e que recebem a informação em primeira mão, havendo no entanto diferença entre o policiamento tradicional dos PTER, mais dedicado a ocorrências e a atividade das SPC, que se deslocam para junto da população, entrando no meio da mesma e passando a fazer parte do seu dia-a-dia (E2).

Estes programas surgem para fazer face a uma vulnerabilidade, como o PERS cujo nascimento surge no Algarve para dar uma resposta integrada a um problema existente. Outro PEPP conhecido e o primeiro de todos é o Programa Escola Segura, começado em 1992. Surgiu como os outros PEPP para fazer face a uma vulnerabilidade identificada, não resolvendo o problema localmente apenas, mas associando a GNR a outras entidades para dar uma melhor resposta em prol do bem comum. Todos os elementos atuam para colmatar a vulnerabilidade comunitária, não a vulnerabilidade de A, B ou C.

O PERS foi criado para colmatar a reincidência da criminalidade, nomeadamente os furtos em residência. Na prática ocorre primeiro a reação para diminuir o número de

ocorrências até um ponto aceitável, sendo difícil de chegar ao zero, e depois ocorre a prevenção. Acaba por ser o inverso do que deveríamos fazer, mas para fazer o contrário só com uma análise preditiva do crime (E4).

Realizando agora a apresentação, análise e discussão das respostas à questão **“Quanto ao Programa Especial Residência Segura (PERS) quais são as principais características que o definem?”**

Fazendo primeiramente um enquadramento da origem do programa, este foi criado em 2010, devido a uma onda de assaltos e roubos que assolou a zona na altura, incluindo uma situação em que um cidadão estrangeiro faleceu em consequência de um assalto na residência onde se encontrava. Atualmente podemos dizer que grande parte dos integrantes do programa são cidadãos estrangeiros; isto também é devido ao forte sentimento de segurança que se cria com o policiamento comunitário, para além dos militares serem um ponto de apoio para os estrangeiros se enquadrarem numa comunidade. A forma de atuação dos militares da equipa responsável pelo programa fundamenta-se num contacto próximo junto do cidadão, quer fale português, francês ou inglês, é recebido de igual forma. O PERS serve para aumentar o sentimento de segurança junto da população, especialmente a mais isolada, o que faz com que os militares sejam vistos como uma força próxima, quase como um amigo.

O programa também está bastante dependente do contacto e da troca de informação com os PTER, isto porque se forem realizados furtos dentro das áreas do programa, são as equipas de inquéritos que recebem as queixas por parte dos cidadãos a participar o crime, sendo então os PTER quem tem acesso a este tipo de dados, sendo a exceção o cidadão telefonar diretamente às equipas do PERS (E1).

É relevante referir que os programas especiais são criados para dar resposta a uma certa situação que preocupa a GNR, chegando à conclusão de que a criação de um PEPP ajudará a resolver o problema. Em virtude disso, os PEPP apesar de poderem ser implementados a nível nacional, estão adaptados ao meio para o qual foram designados, como é o caso do PERS, que foi criado atendendo à predominância da presença de cidadãos estrangeiros na região, comparativamente a outras zonas do país, que veem no Algarve não só as suas características balneares, mas a fácil ligação ao seu país de origem através do aeroporto de Faro, um interior calmo e isolado onde podem em residências com uma boa qualidade de vida, especialmente no Barrocal Algarvio (o que se denomina à área entre o Litoral e a Serra) onde se pode destacar Loulé ou Silves. Devido à falsa

sensação de segurança criada pelo isolamento das habitações, houve uma negligência relativamente a medidas de segurança como sistemas de videovigilância ou gradeamento em redor da habitação, o que tornou estas residências alvos atrativos para furtos. Ao perceber-se que o PERS era eficaz na desmotivação da realização deste ilícito criminal, ocorreu uma maior procura pela adesão ao mesmo por parte da comunidade local, o que permitiu outras iniciativas, como a vigilância de bairro por parte dos próprios moradores, ou o estreitamento de relações com associações, como a Safe Communities Portugal.

Relativamente à adesão ao programa, normalmente os cidadãos estrangeiros têm maior prontidão, devido também à sua maior abertura para esta iniciativa, mostrando a sua opinião em reuniões ou através da autarquia, o que contrasta com o cidadão português, que é mais reticente a entregar os seus dados pessoais.

Quando se trata de incluir o PERS numa categoria de policiamento, o mesmo assume-se como policiamento comunitário, pois revê-se numa interligação entre o cidadão e a GNR, não sendo uma atuação de uma via só (E2).

A aplicação prática do PERS ocorre nomeadamente através da distribuição de *fliers* com conselhos de segurança e dos números telefónicos da equipa responsável, da georreferenciação das residências, com placas identificativas das casas que adotaram o PERS, tudo aliado à presença dos militares no terreno (E3).

O programa visa proteger o que é mais seguro para uma família a seguir a eles próprios, ou seja, a sua casa. Visa desmotivar o criminoso de efetuar o furto, sendo que como o criminoso adapta-se constantemente, também o programa se deve adaptar. Para isso o PERS foca a sensibilização das pessoas, por exemplo, para quando estejam ausentes de casa um certo período de tempo que avisem os vizinhos, para que estes levantem a correspondência, abram e fechem as janelas e acedam e apaguem as luzes, para levantar a dúvida de que a casa está ocupada, para enganar quem procura uma casa vazia (E4).

Relativamente à questão **“Como avalia o papel das Secções de Policiamento Comunitário (SPC) no sentimento de segurança da população?”** o próprio nome destas Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário traduz o objetivo por detrás do trabalho das mesmas, procurando a interação entre a GNR e o cidadão.

Estas secções foram criadas com o intuito de conhecer e contactar com todo o cidadão ao seu alcance, com o objetivo de criar empatia com os mesmos e os assegurar da presença da Guarda quando necessário. Os PEPP nesta questão são estratégicos para

tratar do sentimento de segurança da comunidade, que ao serem implementados pelas SPCPC são a principal ferramenta da GNR para este efeito (E2).

Apesar da extrema importância das SPCPC no sentimento de segurança da população, a falta de militares empenhados nesta vertente é notória, o que condiciona o que os mesmos podem fazer, mesmo que totalmente empenhados a nível psicológico na sua ação, não o estão a nível físico (E1).

Atualmente 381 militares fazem parte desta estrutura a nível nacional. Estes militares não são os únicos que contribuem para a prevenção criminal, mas são quem tem como papel principal envolver a população. Os militares do PTer estão preocupados em reagir, enquanto estes estão preocupados em prevenir. As SPCPC influenciam direta e indiretamente o cidadão, sendo a sua ação direta através do seu contacto presente com o cidadão, enquanto a sua ação indireta pode passar por exemplo pelas crianças, que ao serem sensibilizadas diretamente ajudam posteriormente a GNR a espalhar a mensagem a toda a gente, nomeadamente aos seus pais e família próxima. A interação com moradores, associações de moradores, condomínios, etc. passa muito pela educação e pedagogia (E4).

Com a pergunta **“Que tipo de interação existe entre a atividade das SPC e a ação dos Postos Territoriais?”** pretende-se esclarecer o papel das SPCPC na atividade operacional da GNR e a conjugação da sua atividade com a dos PTer.

É sabido que existe uma interação entre estas duas vertentes, pois a informação recolhida através do PERS também é partilhada com os PTer cuja zona de ação corresponde às mesmas habitações e vice-versa. Na área do DTer de Loulé, os PTer que têm residências pertencentes ao programa são o PTer de Loulé e o PTer de Almancil, que juntos possuem 44 áreas inclusas no PERS, sendo que estes PTer também possuem a informação das residências incluídas, o que facilita a chegada dos militares das patrulhas de ocorrências, pois possuem a georreferenciação das habitações (E1).

As SPCPC podem ser usadas como meio de recolha de informações, orientando o esforço e as patrulhas na sua atividade diária, mas para se alcançar isto é preciso procurar o diálogo com os militares, especialmente com o comandante de PTer. O militar da patrulha também interage com o interlocutor local de segurança, que se assume como o ponto de contacto da comunidade, normalmente por serem os mais dinâmicos ou pelas funções que desempenham, como presidente de uma associação ou presidente de junta de

freguesia, que devido aos papéis chave que assumem na sociedade espalham mais facilmente a mensagem da GNR, atingindo mais pessoas de forma mais eficiente (E2).

Sendo que rotineiramente o militar do PERS já procura a proximidade com o cidadão, deve também a procurar com os camaradas do PTer, que não estão tão sensibilizados para estas questões, mas que assumem um papel fundamental nas mesmas, devendo estar recetivos a este tipo de matérias. Hoje em dia, usa-se comumente o *whatsapp* como ferramenta de difusão de informação, que é uma ferramenta que facilita a comunicação e que ajuda a terminar com a falta de partilha. Deve-se procurar um esforço de todos os militares, em vez de um esforço específico só de alguns.

Há falta de comunicação entre estas duas valências, que têm funções diferentes, mas que trabalham para o mesmo, por vezes pelos militares que não partilham a informação e não porque é hábito não se partilhar (E3).

O responsável pela interação entre estas forças na sua Zona de Ação é o Comandante de Destacamento, e a articulação entre estes grupos tem de ser direta, fazendo bom uso das diversas valências ao seu dispor. Mesmo nos PTer, dependendo do efetivo também existem patrulhas apeadas ou moto, que dão mais visibilidade do que as realizadas em automóveis. Hoje através da Plataforma SIIOP-P também é possível ter acesso a diversos dados recolhidos pelas patrulhas às ocorrências que as SPCPC podiam não ter conhecimento, mas assim já podem usar esta informação para melhorarem a sua ação. Para além disso e para análise de informações também é possível fazer um pedido ao NAIC (Núcleo de Análise de Informação Criminal) que aliado à existência da Georreferenciação permite mapear os incidentes criminais na zona, para melhor adaptar o policiamento.

É muito difícil provar num universo de 5 casas por exemplo, se pertencerem ao PERS diminui ou não a probabilidade de serem furtadas, comparativamente com as que não pertencem ao programa, pelo que o objetivo do mesmo é a prevenção através da sensibilização (E4).

Na questão **“No âmbito do PERS, a GNR interage regularmente com moradores, associações de moradores e/ou outros atores?”** procura-se perceber se há contacto com associações de moradores, se as pessoas têm o contacto das SPCPC, entre outros.

Quando é necessário falar com os vários intervenientes do PERS, esse contacto é feito diretamente, agendando-se um esclarecimento entre as partes, como o Presidente da

Junta de Freguesia da área, devido à adição de uma área, em que se marca uma reunião para se fazer a apresentação do PERS, esclarecerem-se dúvidas, ocorre o preenchimento das fichas com os dados relevantes para identificar as residências com os seus futuros números e notifica-se as pessoas das residências, pois no PERS numeram-se as casas, não estando identificadas como “casa de Sr...” mas antes como “casa nº1” nos registos. Normalmente quando se adicionam casas, fala-se com os proprietários, explicando o programa e entrega-se um cartão com o contacto da equipa em caso de necessidade.

Quando se introduz habitações no programa, a introdução é feita por áreas, não por casas isoladas, só em raras exceções, em que não haja áreas pertencentes ao programa, mas face a um pedido de uma pessoa que reside numa habitação isolada, longe de outras áreas sinalizadas e de outras habitações, georreferencia-se essa casa, coloca-se no sistema com um número e adiciona-se ao programa.

Existe uma forte relação com a Safe Communities Portugal, mais propriamente com o seu representante, o Sr. David Thomas, em que existe uma certa proximidade, tendo sido das primeiras pessoas a relacionar-se com a GNR após a implementação do PERS, servindo de ponte entre a instituição e a comunidade estrangeira, ajudando a esclarecer dúvidas que surjam entre eles, nomeadamente em questões de segurança (E1).

Principalmente, estas entidades precisam é de informação, sendo que se não for a GNR a providenciá-la, os interessados irão procurar apoio a outro lado, sendo entidades que solicitam um grande esforço da nossa parte, devido ao seu empenho nestas matérias.

Já ocorreu também a difusão da atividade através de rádios locais, como a KISS FM, onde se tinha tempo de antena e se passava diverso tipo de informação, não apenas sobre o PERS, mas percebeu-se que não é muito eficaz porque a comunidade estrangeira não ouve a rádio local, focando mais na imprensa estrangeira, dos seus países de origem (E2).

Em Loulé reside uma população estrangeira muito numerosa, e com um nível social elevado, que procura o Algarve para passar a sua reforma, em segurança, em locais como a Quinta do Lago e Vale do Lobo. Da parte da GNR tem-se algum cuidado na forma como se lida com a mesma, sendo que o pessoal do PERS tem uma excelente relação, pois são necessários militares com domínio do inglês e do francês, não bastando um bom militar a nível operacional, sendo necessário um bom trato social e cortesia. Estes cidadãos pedem a nossa presença em eventos que os mesmos organizam, como eventos

do “Rotary Club”, para fazer apresentações sobre o que é a GNR e que missões desempenha (E3).

A interação da Guarda com estas entidades resulta da boa relação com as mesmas, ao envolvê-las no conceito de comunidade que se pretende criar. A correspondência da GNR com diversas entidades ocorre tanto a nível nacional como a nível local, com organizações de diferentes níveis. É importante referir que no âmbito do PERS, os militares envolvidos têm o Curso de Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos, tanto os das SPC como a nível do Comando Territorial com um militar na SOTRP com esta habilitação. Em termos de entidades com as quais nos relacionamos, a que se destaca é a Safe Communities Portugal, não existindo outra que tenha o mesmo alcance que esta e com a qual tenhamos a mesma interação (E4).

Pretende-se com a questão **“Quais são as fragilidades do PERS identificadas até ao momento?”** entender quais as falhas do programa, em termos do conceito, dos meios, designadamente tecnologias de vigilância, da implementação e da abrangência territorial. As fragilidades surgem principalmente do lado do cidadão, descurando nas medidas a tomar (E1).

No entanto há a necessidade de se explorar outras formas de sensibilizar e acompanhar o trabalho desenvolvido junto da população, aprofundando por exemplo a ligação com a Safe Communities. Para além disso, a falta de comunicação entre as SPCPC e os PTER também se pode assumir como um problema (E2).

Acima de tudo, a maior fragilidade é a estagnação, ao não surgirem novas iniciativas, não se dinamizar o programa e acima de tudo a falta de criatividade para melhorar o PERS. No início focou-se no cidadão e os membros das SPCPC questionavam sobre a satisfação da população para com o PERS e era necessário que o mesmo fosse novamente feito, para se recolherem contributos da perspetiva do cidadão, para melhorarmos a nossa atuação, sendo que qualquer PEPP devia ser avaliado de vez em quando (E2).

Os militares têm a noção de que os tribunais raramente dão feedback relativamente à conclusão dos processos que iniciam com as investigações, sendo que podia-se criar um sistema que atualiza o cidadão acerca do seu caso, através de e-mail, em que referia as fases do processo e que ações tinham sido tomadas, num sistema de resposta automática (E3).

O programa precisa de evoluir para constantemente adaptar-se à realidade criminal, pois se não evoluir fica desenquadrado, pelo que está a ser feita uma análise para perceber o que é que o PERS para além do sentimento de segurança, quer seja muito ou pouco, e como é que o conseguimos melhorar.

Algo que também falha é a consciencialização de que as pessoas são os principais responsáveis pela sua segurança. A GNR não está só preocupada com os equipamentos de segurança que cada um tem em sua casa, porque isso também depende da sua capacidade financeira, mas foca-se nos comportamentos que se querem automatizar, relativamente a medidas de autoproteção, tanto que grande parte das mensagens dos *fliers* do PERS mencionam isso mesmo - a mudança nos comportamentos, para dar à residência um aspeto de que está ocupada, como envolver o seu vizinho para cuidar da sua casa na sua ausência. O cidadão também pode investir em ferramentas de segurança, como o alarme (mesmo com as suas fragilidades), portas e janelas reforçadas e circuitos de videovigilância no interior da propriedade, desde que apenas filme o seu espaço privado.

Na prática, a reavaliação do PERS só é feita localmente, também fruto das especificidades de cada local. A nível nacional o programa pode parecer não muito eficaz, porque em certas regiões não se aplica, mas onde foi implementado e para onde foi designado trabalha bem. Nós queremos não a sua utilidade, mas como pode evoluir, podendo focarmo-nos mais na sensibilização e adaptando-o à realidade vivida, por vezes não focando no programa em específico, mas olhando para a atividade das SPCPC numa ótica mais geral. Se não podemos aplicá-lo da forma que foi pensado, adapta-se, se não fizer sentido em certa realidade não se aplica, porque não faz sentido, devendo sempre lembrar que não há nenhum programa perfeito (E4).

Com a questão **“Que propostas se sugerem para melhorar a implementação do PERS?”** pretende-se com esta questão reunir contributos para o futuro do PERS, sendo que estes também podem ser usados noutros PEPP.

A grande dificuldade à primeira vista passa pela falta de meios (E1 e E3). Mas para contrariar isso é preciso desenvolver formas de reunir a estatística criminal, mais especificamente o número de ocorrências que têm como alvo o turista, de maneira mais eficiente. Não só turista no sentido lato, mas primeiro é necessário separar o turista nacional, do turista estrangeiro, do residente nacional, do residente estrangeiro. Precisamos de fazer um diagnóstico da situação, percebendo que dados temos em mãos.

Este conhecimento existe de forma empírica, mas falta reuni-lo de forma objetiva, com dados concretos (E2).

Se existe um programa desenvolvido a pensar no turista, e se quer dinamizar o turismo enquanto principal atividade económica da região, é preciso pensar na segurança como estando de braço dado com esta temática. O país e o Algarve têm a afluência que têm devido à segurança que existe, que favorece este país comparativamente com outros destinos como o norte de África (E2). Deve-se otimizar o serviço que se presta a esse tipo de cidadão, sabendo já de antemão que o estrangeiro é um alvo preferível para diversos tipos de crimes.

É importante referir que o PERS devia ser mais publicitado, tendo sido na altura da sua implementação, mas atualmente pode-se dizer que o programa atualmente está estagnado, não só no Algarve, mas a nível nacional. Deve-se continuar e se possível fazer melhor uso das redes sociais para publicitar e informar o cidadão sobre os PEPP e em específico o PERS (E3).

Para melhorar o PERS tem de acabar a prática do conforto, com o facto de não se evoluir o que existe para corresponder aos programas atuais. Para melhorar o programa devem-se experimentar diversas medidas e verificar se a sua implementação diminui os números de criminalidade registada, como por exemplo, melhorar a iluminação das ruas, instalar portões para acesso aos becos dos condomínios, identificar e reforçar a proteção de habitações vítimas de furtos repetidos, fomentar a implementação da vigilância de vizinhança e por último lembrar o cidadão das medidas de segurança que deve adotar para proteger o seu lar, como trincos para janelas e portas e luzes interiores e exteriores, quer pela ação de um vizinho, quer pelo uso de um temporizador.

O mais importante é o trabalho conjunto enquanto comunidade, porque a GNR é especialista em segurança, mas precisa de outros contributos para melhorar o programa, como das câmaras ou das juntas que podem ter outras noções da realidade que nos escapam. Atualmente considero que o PERS é implementado de forma individualista, ou seja, dependente da atividade da GNR e no futuro seria benéfico que fosse aplicado num âmbito comunitário, como está presente na designação das SPCPC, pois são as pessoas que sofrem o crime e se apercebem da existência do fenómeno em primeira mão (E4).

5.3. Apresentação, análise e discussão das respostas dos civis

A questão **“Tendo em conta o seu conhecimento e experiência, diria que o território onde exerce funções (de autarca ou representante de associação) é mais ou menos seguro do que o Algarve na sua globalidade?”** pretende perceber qual o sentimento de segurança por parte da população, sendo que a segurança depende muito do número de residentes e do número de visitantes numa determinada área, pelo que estatisticamente áreas mais densamente povoadas têm maiores índices de criminalidade. Assim sendo, o Algarve e em especial Loulé, Faro e Albufeira, que constituem o centro da região registam um maior número de crimes comparativamente com outras regiões do país. Mesmo assim, olhando para os registos de há 10 anos atrás para cá, notamos uma descida tanto na criminalidade violenta como na criminalidade geral registada, pelo que podemos dizer que o Algarve é mais seguro atualmente do que antes era (E5, E6 e E7).

Abordando a apresentação, análise e discussão das respostas à questão **“De acordo com a sua perceção, qual ou quais são o(s) tipo(s) de crime mais preocupantes para os cidadãos residentes no território onde exerce funções?”** nota-se que no Algarve, o tipo mais comum de crime é o crime contra o património, dividindo-se em furtos em residências, furtos de veículos, ou até mesmo furtos a pessoas. Costumamos designar estes crimes por crimes de oportunidade, onde também se inserem as burlas e outros esquemas informáticos, nomeadamente compras falsas. O crime violento não tem uma percentagem significativa nesta região.

Já houve queixas acerca dos crimes contra o património, mas com a diminuição do número de incidentes, as pessoas sentem-se mais seguras (E5, E6 e E7).

Com a questão **“Que visão tem da presença e da atuação da GNR neste território?”** pretende-se inferir sobre o grau de satisfação com a atuação da GNR. Dando como exemplo o PERS, podemos ver que o programa é executado por agentes que sabem falar inglês e que têm treino no policiamento de comunidade, tendo uma estreita relação com a população. No entanto, estes militares são a exceção e não a regra, sendo que o restante do efetivo também deve ser sensibilizado para estas questões. Consegue-se perceber esta realidade ao deslocar-se ao atendimento de um PTER, em que é importante ver como é que o militar interage com o cidadão, e se o consegue fazer sentir-se seguro (E5).

Um ponto importante deve passar pela divulgação da atividade da GNR e que programas é que os mesmos executam em prol da população, como é o caso do programa

“Idosos em Segurança”, que é eficazmente e conhecido, em que é visível o à vontade dos militares para com as pessoas. Os militares que têm estas competências devem, portanto, partilhá-las, para que o serviço da GNR no geral possa ser melhorado (E5).

É notado pelas pessoas que existe uma falta de efetivo, o que por vezes pode dificultar a atividade dos militares, não por falta de empenho e motivação (E6 e E7).

Com a questão **“Tem/teve contacto direto com a GNR no âmbito das funções que exerce? Por favor, explique detalhadamente em que circunstâncias ocorreram esses contactos”** pretende-se compreender os métodos de comunicação e de divulgação que a GNR emprega nas suas ações.

A nível autárquico a comunicação entre a autarquia e a GNR varia conforme a disposição dos presidentes de junta, sendo que um contacta a GNR quando há queixas dos cidadãos para esclarecer a situação enquanto outro procura uma boa relação com a força de segurança, percebendo a sua função e procurando o trabalho em equipa, pois sabe que é mais vantajoso que o trabalho individual, procurando manter a tranquilidade especialmente em eventos que alteram a ordem normal das coisas (E6 e E7).

Já o Sr. David Thomas costuma contactar diretamente com os comandantes das áreas (DTER), como Loulé, Silves e Albufeira, e também com o quartel-general em Lisboa, conseguindo falar de assuntos sensíveis relativamente à atividade da GNR sem ferir suscetibilidades, com o objetivo de ajudar a melhorar a sua atuação.

Normalmente costuma contactá-los semanalmente, quer através de e-mail, quer através de telefonema, para marcar reuniões com a intenção de se discutirem os mais variados assuntos.

Fruto da colaboração foram produzidos panfletos para distribuir pela população e alertar a mesma de medidas que podem tomar para reduzir a probabilidade de serem furtadas, sendo estes traduzidos em quatro idiomas diferentes para melhor entendimento pelo cidadão. Foram cobertas as tipologias de crime mais predominantes na região, como o furto de oportunidade (nas praias ou em cafés e bares) ou o furto de veículos (E5).

A pergunta **“Tem conhecimento da existência do Programa Especial Residência Segura (PERS)?”** infere sobre a existência de contacto direto com a equipa, para facilitar a comunicação entre as partes, sendo que os entrevistados têm conhecimento da existência do programa.

Em relação à apresentação, análise e discussão das respostas à questão **“Quanto aos residentes, na sua opinião, têm conhecimento do PERS?”** percebe-se que no geral,

apenas os cidadãos que têm contacto com o PERS é que têm noção da sua existência, sendo que no início as pessoas não tinham conhecimento nenhum do PERS, mas a Safe Communities em conjunção com a GNR trabalham para o divulgar. Atualmente o programa é conhecido e como a GNR é proativa nesta atividade a associação deixou de estar tão ligada, sendo que os militares da GNR interagem diretamente com os residentes. Os residentes escolhem entre si aquele que é o representante da área das casas marcadas, sendo que este é que é o responsável por comunicar com os militares quando necessário (E5, E6 e E7).

Sobre a questão **“No âmbito das suas funções, já aconteceu ter a necessidade de contactar com os militares do Programa Especial Residência Segura?”** dos autarcas entrevistados nunca houve esse contacto relativamente ao PERS, mas já ocorreu e ocorre contacto referente a outros assuntos de interesse público e/ou integrados nos outros PEPP (E6 e E7).

A Safe Communities tem uma grande proximidade com a GNR, pelo que o contacto entre ambos já não é novidade.

Em análise à questão **“Se respondeu sim à questão anterior, por favor descreva como foi estabelecido o contacto e qual a sua satisfação tendo em conta a prontidão da resposta, o profissionalismo, a solução do problema que causou o contacto.”** Discutiu-se que quando a Safe Communities foi criada, a GNR apoio e usou o apoio desta associação, promovendo seminários conjuntos e oferecendo contacto direto com os militares membros da equipa. Atualmente já não há tanto contacto com algumas equipas como no início, mas ainda se mantém, sendo forte com o pessoal de Loulé. Portimão, Silves, Albufeira, Loulé, Faro e Tavira são as seis áreas do Algarve que iniciaram o PERS na altura. Se quiser falar com um membro destas equipas, tem acesso ao contacto direto e liga-lhes para se discutir sobre o assunto.

A questão **“Que balanço faz do Programa Especial Residência Segura?”** serve para perceber a perspetiva do cidadão em relação à eficácia do programa, sendo que o PERS na prática tem como objetivo alertar os residentes para o perigo da sua habitação ser furtada, entre outros crimes patrimoniais, visto que os princípios de precaução por parte do cidadão são transversais.

O Algarve é onde o programa é mais ativo, sendo que continuam a ser adicionadas novas áreas ao mesmo; o problema reside na falta de homens e de meios, sendo que com mais recursos, podia-se melhorar a implementação do PERS. Por exemplo, em Loulé

apenas dois homens estão responsáveis diretamente pelo programa, o que é muito pouco e faz com que haja pouca consistência do PERS.

Tendo em conta os recursos humanos e materiais de que dispõem, os militares do PERS fazem um excelente trabalho, o que é percebido pelos entrevistados (E5, E6 e E7).

Com a pergunta **“Na sua opinião, o que se podia fazer de diferente para melhorar a implementação do programa?”** pretende-se perceber que noção tem o cidadão em relação à existência do programa e a sua função, retirando contributos da sua opinião.

Chega-se à conclusão que para melhorar o PERS podia-se passar o registo destas habitações a outras entidades, para ser usado, por exemplo, no socorro por uma ambulância. Atualmente existe uma demora na chegada de ajuda médica porque os condutores das ambulâncias por vezes não têm uma noção exata de onde se situa a residência, sendo que só a GNR é que tem acesso à georreferenciação das que estão incluídas no programa. Para além disso, o PERS também podia ser mais bem promovido, através de plataformas como as redes sociais.

Uma sugestão passa por alargar o programa para lá da dimensão da GNR, integrando outras temáticas, como a parte médica, envolvendo entidades como os Bombeiros Municipais ou a Proteção Civil (E5, E6 e E7).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente RCFTIA analisou a implementação do Programa Especial Residência Segura no CTer de Faro, incidindo especialmente no DTer de Loulé e na sua zona de ação. Procurou-se perceber, na região onde o PERS está mais desenvolvido e na qual foi criado, qual a sua importância na prevenção do furto em residência e como o mesmo afeta o sentimento de segurança da população. Para tal foi feito um estudo intensivo do programa, sobre como funciona e o que o diferencia de outras medidas tomadas pela GNR. Analisou-se também a interação entre as diferentes valências da Guarda e com entidades externas para prevenir este fenómeno criminal.

Através das entrevistas realizadas foi possível obter uma melhor perceção sobre o fenómeno estudado, cruzando informação recebida por fontes militares e fontes civis, para além de cruzar fontes com diferentes funções e graus hierárquicos. Através das perspectivas dos entrevistados foi possível atingir os objetivos propostos inicialmente, que foram formulados como questões de investigação, o que facilita a sua resposta e uma melhor extração dos resultados obtidos.

Das três perguntas derivadas que foram formuladas após a pergunta de partida, cada uma procura responder a uma área diferente. A PD1 foi **“Qual a importância do crime de furto em residência na atuação da GNR?”** tendo como objetivo fazer uma caracterização do crime de furto em residência e perceber o impacto que este crime tem, sendo que o impacto incide diretamente no cidadão, principalmente na vítima do furto, mas também nas pessoas que o rodeiam, que se sentem menos seguras quando se apercebem de que ocorreu um furto na sua zona de residência. Foi dito ao longo deste trabalho e é reforçado agora mais uma vez que a residência é considerada o refúgio da pessoa, a sua esfera mais privada, pelo que o impacto do crime tende a ser maior comparativamente com outros tipos de furto. Podemos dividir este impacto em três categorias distintas, ocorrendo o impacto psicológico, o impacto social e o impacto financeiro. A parte psicológica é a que perdura durante mais tempo, existindo pessoas que ganham traumas e que têm dificuldades a recuperar, pois sentem-se indefesas e percebem que o local que consideravam inviolável já não é mais. O impacto social passa pelo espalhar do sentimento de insegurança da vítima para a comunidade, sendo maior em comunidades mais coesas, pois quem se encontra perto da habitação furtada apercebe-se de que também lhe pode acontecer a si, sendo que no caso de grandes fenómenos criminais, como foi o grande número de furtos em residência no Algarve em 2009 e 2010,

não foram só os vizinhos da mesma comunidade dos furtados que se sentiram inseguros, mas várias comunidades pelo Algarve e até por outras zonas do país que se sentiram inseguras, o que também ocorre pela propagação das notícias pela comunicação social. Por último, o impacto financeiro tem duas dimensões, sendo a primeira associada ao furto de bens que diminui o valor do património da vítima e em termos leigos, o deixa mais pobre, enquanto a sua segunda dimensão passa pelo investimento em meios de segurança que a vítima e até outros moradores da comunidade vão realizar, para dificultar a reincidência do furto na região, podendo investir em trancas nas janelas e nas portas e/ou sistemas de alarme e videovigilância.

A nível da GNR, a nossa instituição tem como principal função proteger o cidadão, para que o mesmo se possa sentir seguro e viver em tranquilidade. Para que possamos enquanto instituição cumprir a nossa missão combatemos e tentamos eliminar os fenómenos criminais que vão surgindo, nomeadamente através de duas medidas fundamentais que são a prevenção e a reação. A reação surge após o ilícito criminal ter ocorrido, para o combater, procurando eliminá-lo, ou diminuir a sua importância ao mínimo possível, usando as diversas estruturas ao alcance da Guarda, conjugando os PTER com as suas patrulhas às ocorrências com a recolha de informações por parte dos NIC e consequente análise por parte do NAIC em casos de maior complexidade. A nível da prevenção a mesma é realizada para prevenir que o crime chegue a ocorrer, através das SPCPC e da sua relação com entidades externas.

Como o crime de furto em residência tem diversos impactos na sociedade, necessita da nossa parte de uma ação mais robusta, pois não basta fazer cessar a ocorrência, é necessário prevenir a reincidência e fortalecer o sentimento de segurança do cidadão.

A PD2 foi **“O que são os PEPP e qual é o seu impacto na atividade operacional da GNR?”** querendo com esta questão perceber a atividade das SPCPC, sendo estas as responsáveis pela aplicação dos PEPP através da interação junto do cidadão. Sabe-se que as SPCPC pertencem ao efetivo do DTER, tendo uma missão diferente do militar dos PTER, pois focam-se no policiamento de proximidade e no policiamento comunitário. O primeiro é aplicado através da proximidade da GNR com o cidadão enquanto o segundo foca-se na interação entre a comunidade e a GNR, sendo que apesar de ser uma missão das SPCPC, o patrulheiro também pode realizar policiamento de proximidade, através de patrulhas apeadas por exemplo, mas só as SPCPC é que têm capacidade para realizarem

policciamento comunitário, estando para isso habilitados com curso específico, e exigindo mais dos militares, pois têm de criar um verdadeiro sentimento de comunidade.

Os PEPP são importantes na medida em são criados para resolver um problema que surgiu e que com a atividade normal da Guarda não será resolvido, porque depende de uma mudança de hábitos por parte da população e isso consegue-se através da sensibilização, tendo como exemplo o Programa Escola Segura, que foi o primeiro PEPP, criado em 1992. Outra vantagem dos PEPP é que para além da sensibilização realizada diretamente ao público alvo, pode-se usar as crianças para transmitir a informação, porque retêm bem os pontos chave e não serão tão facilmente ignorados como os conselhos das forças de segurança, porque os adultos querem ser um bom exemplo para as futuras gerações.

Em termos orgânicos as SPCPC pertencem ao efetivo de um DTer, respondendo diretamente ao Comandante de Destacamento, sendo constituídas por militares que se dedicam exclusivamente a esta função de policiamento de proximidade e policiamento comunitário, divulgando os PEPP à população. Para receberem feedback dos PEPP e se os mesmos são eficazes, as SPCPC devem se manter em contacto com os PTER, pois são estes quem recebe as queixas do cidadão e possuem as equipas de inquéritos, sendo os primeiros a notar alguma lacuna ou falha na prevenção. Normalmente todos têm acesso à plataforma SIIOP-P e ao que é descarregado na mesma, mediante certas restrições de acesso, mas um contacto direto entre os PTER e as SPCPC é mais proveitoso, até porque pode existir informação recolhida por um ou por outro que não é descarregada, por não ser fruto de nenhuma ocorrência.

A PD3 foi **“Que resultados tem apresentado o Programa Especial Residência Segura, desde a sua criação até aos dias de hoje?”** para perceber como é feita a monitorização do Programa Especial Residência Segura e quais os resultados da implementação do mesmo. Tendo sido este programa criado como resposta ao aumento de furtos em residência que ocorreu no Algarve, podemos dizer que teve sucesso na sua implementação, visto que o número de furtos efetivamente desceu, no entanto é difícil de quantificar qual foi a importância do PERS nessa redução, pois o programa foca-se no sentimento de segurança da população. O facto de existir um registo das residências pertencentes ao PERS, de as mesmas estarem identificadas com uma placa à frente da propriedade e de estarem georreferenciadas auxilia a chegada da patrulha às ocorrências ao local, estando aliada a estas medidas a divulgação de atitudes que o próprio cidadão

pode ter para tornar a sua residência mais segura, ou seja, menos convidativa a ser furtada. No entanto, não existem resultados quantificáveis de quantas residências foram salvas por pertencerem ao PERS, existem sim registos de quantas residências lhe pertencem, sendo estas incluídas por áreas e não isoladamente, ou seja, uma certa zona de condomínios é designada como área protegida pelo PERS, após acordo com a GNR e com a autarquia onde pertence, que tem conhecimento desta situação. Apesar disso, não existe uma avaliação do impacto do PERS na prevenção do furto em residência, existindo a opinião de que caso esta seja feita, o deve ser localmente, por Destacamento ou no máximo por Comando Territorial, porque a nível nacional não temos a mesma ocorrência deste tipo de furtos uniformizada por todo o território, existindo regiões mais afetadas que outras, nomeadamente o Algarve, pelas condições que foram referidas ao longo do trabalho.

Em conclusão de resposta a esta pergunta deve ser dito que esta avaliação, que é feita informalmente, mas que o deve ser formal e por escrito, deve incluir pareceres tanto da GNR, ao nível dos militares envolvidos, quer SPCPC, quer patrulhas às ocorrências, quer elementos de investigação criminal, que todos trabalham neste fenómeno; mas mais importante que as diversas valências internas é perceber o ponto de vista das entidades com as quais a GNR trabalha, nomeadamente as Autarquias, Representantes dos Moradores da áreas envolvidas no programa e a Safe Communities Portugal, a entidade com a qual já temos mais contacto relativamente a esta matéria. Reuniões com os envolvidos fazem com que o programa possa evoluir e adaptar-se, sendo da opinião dos entrevistados que atualmente se encontra estagnado, também fruto de atualmente esta problemática ter perdido a força que tinha na altura da implementação do PERS.

O OG, através da Pergunta de Partida pretendia perceber **“De que forma o Programa Especial Residência Segura contribui na prevenção dos furtos em residência?”** o que foi posteriormente dividido nas diversas perguntas de partida. Olhando agora para a PP diretamente percebemos que a base do PERS passa pela prevenção criminal, usando para isso estratégias de divulgação da atuação da GNR e da forma de atuação do programa em si.

Através da realização desta investigação é agora possível retirar algumas conclusões acerca do tema. Em primeiro lugar, olhando para a aplicação do policiamento de proximidade e policiamento comunitário pode-se dizer que a mesma tem sucesso, existindo militares destacados exclusivamente para o efeito através das SPCPC, apesar da falta de meios e de efetivo, que dificulta que os PEPP sejam executados na forma como

foram pensados, pois estes militares por vezes são designados para outras funções simultaneamente, o que faz com que o trabalho seja bem feito, devido ao empenho e dedicação dos militares, mas não na forma como foi pensado. Acima de tudo, o mais importante é perceber que se deve fazer o que se pode com o que se tem, usando formas de trabalho que não dependam do número de militares, como a divulgação do programa através de plataformas informáticas, como as redes sociais, procurando a criatividade para dar a volta aos problemas existentes ao criar novas formas de trabalhar.

Em segundo lugar notou-se uma falta de acompanhamento do desempenho do programa, sabendo que o mesmo é executado, mas não fazendo uma avaliação do mesmo, de forma a perceber de forma estudada o seu papel na prevenção dos furtos em residência. Esta avaliação também é de difícil execução de forma isolada, porque a prevenção criminal e ações de sensibilização não se traduzem em número de furtos prevenidos. Nesta medida, o que pode ser feito é continuar o registo das habitações inscritas no programa e realizar um levantamento junto dos residentes se ao terem sido alvos de furto antes de entrarem no PERS, se o foram de novo após a entrada. Também se pode realizar um questionário relativo ao sentimento de segurança da população, sendo este o foco do programa e a forma mais fácil de reunir informação, através da satisfação dos moradores.

Em terceiro lugar, deve ser mencionado que as SPCPC não atuam num programa de forma isolada. Apesar de existir uma equipa constituída em que aqueles militares são os responsáveis pelo programa, na prática todos dentro das SPCPC se apoiam uns aos outros e trabalham em conjunto para executar os vários PEPP, fruto também do efetivo e das necessidades do serviço. Assim sendo o que se deve focar é em não estagnar os PEPP, e em especial o PERS, ao procurar formas de melhorar o que atualmente está implementado, através de reuniões com as autarquias, as associações de moradores ou a divulgação de medidas de segurança que o cidadão deve adotar.

Por último é importante realçar que o principal elemento responsável pela prevenção de furtos em residência é o próprio cidadão, pelo que a GNR, apesar de fundamental na prossecução de segurança não consegue combater este fenómeno criminal se o cidadão não toma os cuidados necessários para proteger a sua habitação.

Para investigações futuras sugere-se que se faça uma comparação entre as medidas de segurança implementadas em Portugal e noutros países através de redes de troca de informação com vista à prevenção criminal, para que se perceba como é que a GNR pode

melhorar a sua atuação ao adquirir conhecimento de outros procedimentos de outras forças de segurança.

Em jeito de conclusão, deve ser dito que a atuação da GNR deve ter como objetivo ser eficaz e eficiente e que por isso é importante que os militares desta instituição realizem o seu trabalho com afinco e criatividade para ultrapassar as adversidades, para que o que é feito tenha um efeito real no cidadão, para que o mesmo se possa sentir seguro quer na via pública, quer na sua esfera pessoal, e que não ocorra a estagnação, mas sim uma constante avaliação do que se faz de bem e do que se pode melhorar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, C. (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Assembleia da República. (10 de abril de 1976). *Constituição da República Portuguesa*. Obtido de Procuradoria Geral Distrital de Lisboa: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis
- Assembleia da República. (02 de abril de 1976). *Constituição da República Portuguesa*. Obtido de Assembleia da República: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Assembleia da República. (31 de dezembro de 2021). *Lei nº99/2021 - Contribuições especiais e valor das custas processuais para 2022*. Obtido de Diário da República.
- BBC. (2022). *Social and economic impact of crime on wider society*. Obtido de BBC: <https://www.bbc.co.uk/bitesize/guides/zbhpgwx/revision/2>
- Câmara Municipal de Lagos. (30 de maio de 2022). *Demografia*. Obtido de Câmara Municipal de Lagos: <https://www.cm-lagos.pt/municipio/camara-municipal/demografia>
- Cardoso, J. A. (2016). *Os Programas Especiais na GNR e a sua integração com a atividade operacional*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Comitê Pela Cidadania. (30 de outubro de 2020). *A Pirâmide de Maslow e as necessidades humanas*. Obtido de Comitê Pela Cidadania: <https://comitepelacidadania.org/piramide-de-maslow/>
- Conselho de Ministros. (15 de março de 1995). *Código Penal*. Obtido de Procuradoria Geral Distrital de Lisboa: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=201&artigo_id=&nid=109&pagina=3&tabela=leis&nversao=&so_miolo=
- Estatísticas da Justiça. (01 de junho de 2022). *Crimes registados pelas autoridades policiais*. Obtido de Estatísticas da Justiça: https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policiais.aspx
- Ferreira, E. V. (1998). *Crime e insegurança em Portugal: Padrões e tendências, 1985-1996*. Oeiras: Celta Editores.
- Folorunsho, A. M., & Rufus, A. A. (Vol. 18, Nº 1 de janeiro-junho de 2017). Crime Rate and Firm Entry in Nigeria. *Amity Business Review*.
- Fontelles, M., Simões, M., Farias, S., & Fontelles, R. (2009). *Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa*. Belém, Pará: Universidade da Amazônia.

- Fortin, M. F. (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Gliner, J. A., Morgan, G. A., & Leech, N. L. (2017). *Research Methods in Applied Settings: An Integrated Approach to Design and Analysis*. New York: Routledge.
- Glosbe. (12 de março de 2022). *Segurança em latim*. Obtido de Glosbe: <https://pt.glosbe.com/pt/la/seguran%C3%A7a>
- GNR. (2020). *ESTRATÉGIA DA GUARDA 2025, uma Estratégia centrada nas pessoas*. Guarda Nacional Republicana.
- GNR. (06 de maio de 2022). *O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR*. Obtido de Guarda Nacional Republicana: https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx
- GNR. (30 de maio de 2022). *Projeto - Residência Segura*. Obtido de Guarda Nacional Republicana: https://www.gnr.pt/ProgEsp_projResidenciaSegura.aspx
- Gomes, A. d. (2017). A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois. *Revista Carta Internacional*, pp. 173 - 197.
- Gouveia, J. B. (23 de novembro de 2019). *Jorge Bacelar Gouveia, Direito da Segurança, I CIESI, Lisboa, 12.11.2019*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=AgUsGt4-0gw>
- Governo Português. (17 de junho de 2021). *Portugal entre os cinco países mais seguros do mundo*. Obtido de República Portuguesa: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=portugal-entre-os-cinco-paises-mais-seguros-do-mundo>
- HomePage Jurídica. (31 de dezembro de 2020). *Unidade de Conta (UC) - Custas Processuais - Valor em 2021*. Obtido de HomePage Jurídica: <https://www.homepagejuridica.pt/infojus/infojus/8373-unidade-de-conta-uc-custas-processuais-valor-em-2021>
- Institute for Economics & Peace. (2021). *Global Peace Index 2021: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney.
- Jonathan, O. E., Olusola, A. J., Bernadin, T. C., & Inoussa, T. M. (setembro de 2021). Impacts of Crime on Socio-Economic Development. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, pp. 71-81.
- Lei de Segurança Interna. (29 de agosto de 2008). *Lei nº 53/2008*. Obtido de Procuradoria Geral Distrital de Lisboa: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1012&tabela=leis&so_miolo=
- LOGNR. (2007). *Lei nº 63/2007. de 06 de novembro*. Obtido de Procuradoria Geral Distrital de Lisboa: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=939&tabela=leis&so_miolo=

- LOIC. (2008). *Lei nº 49/2008, de 27 de agosto*. Obtido de Procuradoria Geral Distrital de Lisboa:
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1021A0003&nid=1021&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=
- Lopes, L. M. (2018). Encontros e Desencontros: Uma Análise das Principais "Escolas" dos Estudos de Segurança. *Defesa Nacional e Segurança Internacional em tempos de crise: Soberania e Democracia em debate*. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
- Lucas, J. P. (2021). *Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de Loures*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Lusa. (07 de outubro de 2012). *Sentimento de insegurança maior que realidade do crime*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/portugal/sentimento-de-inseguranca-maior-que-realidade-do-crime-2813632.html>
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, J. (05 de abril de 2021). *A Privatização de Funções de Segurança Interna*. Obtido de Security Magazine: <https://www.securitymagazine.pt/2021/04/05/a-privatizacao-de-funcoes-de-seguranca-interna/>
- McSweeney, B. (1999). *Security, Identity and Interests: A Sociology of International Relations*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Poiars, N. (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias - O papel da PSP na sociedade portuguesa*. Lisboa: Bnomics.
- Pona, I. R. (2010). *O Policiamento de Proximidade: que modelo para a GNR?* Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Popoola, J. G. (julho de 2020). Globalization and Nigeria's Economic Development - A Study of the Interconnectedness. *Open Journal of Political Science*.
- Priberam. (03 de abril de 2022). *Crime*. Obtido de Dicionário Priberam: <https://dicionario.priberam.org/crime>
- Priberam. (12 de março de 2022). *Segurança*. Obtido de Dicionário Priberam: <https://dicionario.priberam.org/seguran%C3%A7a>
- PSP. (06 de maio de 2022). *Safe Communities Portugal*. Obtido de Polícia de Segurança Pública: <https://www.psp.pt/Pages/proximidade/SafeCommunitiesPortugal.aspx>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Safe Communities Portugal. (30 de maio de 2022). *Safe Residence Programme*. Obtido de Safe Communities Portugal: <https://www.safecommunitiesportugal.com/regional/algarve/gnr-safe-residence-program/>
- Santos, Á. M. (novembro de 2016). Segurança e Globalização: A perspetiva dos estudos críticos de segurança. *Proelium X*, pp. 107 - 114.
- SCP. (06 de maio de 2022). *Founder and Board President*. Obtido de Safe Communities Portugal: <https://www.safecommunitiesportugal.com/who-we-are/the-team/board/>
- Significados. (15 de março de 2022). *Significado de Segurança*. Obtido de Significados Br: <https://www.significadosbr.com.br/seguranca>
- Silva, M. B., Nunes, T. P., & Silva, T. P. (2018). A Evolução do Conceito de Segurança e sua inserção nas Relações Internacionais. *Defesa Nacional e Segurança Internacional em tempos de crise: Soberania e Democracia em debate*. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
- Sistema de Segurança Interna. (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna 2021*. Gabinete do Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna.
- Sousa, L. (29 de abril de 2015). *Security e Safety - Diferenças e Pontos em comum*. Obtido de Safemed: <https://blog.safemed.pt/security-e-safety-diferencas-e-pontos-em-comum/>
- Sowmyya, T. (março de 2014). Crime: A Conceptual Understanding. *Indian Journal of Applied Research*, pp. 196-198.
- Tanno, G. (janeiro/junho de 2003). A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, pp. 47-80.
- Todaro, M. P. (1985). *Economic Development in the Third World*. New York: Longman.
- TRC. (27 de novembro de 2013). *Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra*. Obtido de DGSJ: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/642b251b20f98f9880257c380053b32a?OpenDocument>
- TRE. (17 de março de 2015). *Acórdão do Tribunal da Relação de Évora*. Obtido de DGSJ: <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/3295fcc6d12a630580257e20003c4c6b?OpenDocument>
- Tribunal Constitucional. (12 de julho de 2006). *Acórdão N.º 437/2006*. Obtido de Tribunal Constitucional de Portugal: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20060437.html>
- Wasserman, E., & Ellis, C. A. (2007). Impact of Crime on Victims. *2007 National Victim Assistance Academy*. EUA.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

O Programa “Residência Segura” da Guarda Nacional Republicana: prevenção de furtos em residência

Autor: Aspirante de GNR Infantaria Rodrigo Miguel Alves de Azevedo

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Coorientador: Major de GNR Infantaria Ricardo Luís Rodrigues Guimarães da Silva

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2022

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar e como tal é responsável por formar Oficiais dos Quadros Permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana, que ao preparar os seus formandos para as suas futuras funções, os habilita com as competências necessárias para comandar, além de promover o seu desenvolvimento pessoal, não só como militar, mas também como ser humano.

Para completar o ciclo de estudos que compõe o Mestrado Integrado, no caso dos futuros oficiais da GNR, Mestrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança, a Academia Militar exige que os seus cadetes-alunos realizem um trabalho de investigação, tendo de apresentar o seu Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) perante um júri, demonstrando as suas capacidades de investigação científica no domínio da segurança interna, aplicando as competências e capacidades que foram adquirindo ao longo de cinco anos.

O meu RCFTIA tem como tema: “O Programa ‘Residência Segura’ da Guarda Nacional Republicana: prevenção de furtos em residência”, sendo guiada a minha pesquisa pela pergunta: “De que forma o Programa Residência Segura contribui na prevenção dos furtos em residência?” que se assume a pergunta de partida desta investigação, sendo que para lhe descobrir a resposta é necessário perceber qual a importância do crime de furto em residência na atuação da GNR e entre outros temas perceber como funciona o Programa Residência Segura e que resultados tem apresentado. Para obter respostas torna-se necessário realizar entrevistas e questionários a elementos que estejam à vontade e que sejam conhecedores deste tema, para que consiga complementar a minha pesquisa resultante da análise documental.

Desta forma, solicito a V. Ex.^a que responda a este questionário, visto que o seu contributo é fundamental para o sucesso desta investigação.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade,

Rodrigo Miguel Alves de Azevedo

Aspirante de Infantaria da GNR

APÊNDICE B – GUIÕES DAS ENTREVISTAS

Guião da Entrevista a Militares

Pergunta de Partida	Problemática	Perguntas Derivadas	Pergunta	Informação pretendida
PP. De que forma o Programa Residência Segura contribui na prevenção dos furtos em residência?	Caracterização do crime de furto em residência	PD1. Qual a importância do crime de furto a residência na atuação da GNR?	1. Quais são as principais características do furto em residência?	Identificar as especificidades que diferenciam esta tipologia de crime.
			2. Que dimensão assume o crime de furto em residência dentro da criminalidade registada anualmente?	Inferir a prioridade no combate ao furto em residência, face ao número de incidências
			3. Como avalia o impacto deste crime no sentimento de segurança dos cidadãos?	Identificar o tipo de impacto: económico, psicológico, social, etc.
			4. Quais são as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência?	Perceber as prioridades de ação da GNR para prevenir os furtos em residência.
	Atividade das Secções de Policiamento Comunitário	PD2. O que são os PEPP e qual é o seu impacto na atividade operacional da GNR?	5. Qual o papel dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP) na atividade operacional da GNR?	Caraterizar os PEPP e aferir a perceção quanto ao impacto das SPCPC no sentimento de segurança dos cidadãos
			6. Quanto ao Programa Especial Residência Segura (PERS) quais são as suas principais características?	
			7. Como avalia o papel das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) no sentimento de segurança da população?	
			8. Que tipo de interação existe entre a atividade das SPCPC e ação dos Postos Territoriais?	Esclarecer o papel das SPCPC na atividade operacional da GNR.

	Monitorização do Programa Especial Residência Segura	PD3. Que resultados tem apresentado o Programa Especial Residência Segura, desde a sua criação até aos dias de hoje?	9. No âmbito do PERS, a GNR interage regularmente com moradores, associações de moradores e/ou outros atores?	Perceber se há contacto com associações de moradores, se as pessoas têm o contacto das SPC, etc.
			10. Quais são as fragilidades do PERS identificadas até ao momento?	Entender quais as falhas do programa (em termos do conceito, dos meios, designadamente tecnologias de vigilância, da implementação e da abrangência territorial)
			11. Que propostas se sugerem para melhorar a implementação do PERS?	Reunir contributos para o futuro.

Tabela 2 – Estruturação das entrevistas a militares

Fonte: Realização própria

Guião da Entrevista a Civis

Pergunta de Partida	Problemática	Perguntas Derivadas	Pergunta	Informação pretendida
PP. De que forma o Programa Residência Segura contribui na prevenção dos furtos em residência?	Caracterização do crime de furto em residência	PD1. Qual a importância do crime de furto a residência na atuação da GNR?	1. Tendo em conta o seu conhecimento e experiência, diria que o território onde exerce funções (de autarca ou representante de associação de moradores) é mais ou menos seguro do que o Algarve na sua globalidade?	Perceber qual o sentimento de segurança da população.
			2. De acordo com a sua perceção, qual ou quais são o(s) tipo(s) de crime mais preocupantes para os cidadãos residentes no território onde exerce funções?	
			3. Que visão tem da presença e da atuação da GNR neste território?	Inferir sobre o grau de satisfação com a atuação da GNR.

<p>Atividade das Secções de Policiamento Comunitário</p>	<p>PD2. O que são os PEPP e qual é o seu impacto na atividade operacional da GNR?</p>	<p>4. Tem/teve contacto direto com a GNR no âmbito das funções que exerce? Por favor, explique detalhadamente em que circunstâncias ocorreram esses contactos.</p>	<p>Compreender os métodos de comunicação e de divulgação que a GNR emprega nas suas ações.</p>
<p>Monitorização do Programa Especial Residência Segura</p>	<p>PD3. Que resultados tem apresentado o Programa Especial Residência Segura, desde a sua criação até aos dias de hoje?</p>	<p>5. Tem conhecimento da existência do Programa Especial Residência Segura (PERS)?</p> <p>6. Quanto aos residentes, na sua opinião, têm conhecimento do PERS?</p> <p>7. No âmbito das suas funções, já aconteceu ter a necessidade de contactar com os militares do Programa Especial Residência Segura?</p> <p>8. Se respondeu sim à questão anterior, por favor descreva como foi estabelecido o contacto e qual a sua satisfação tendo em conta a prontidão da resposta, o profissionalismo, a solução do problema que causou o contacto.</p>	<p>Inferir sobre a existência de contacto direto com a equipa, o que facilita a comunicação entre as partes. Perceber o grau de perceção que o cidadão possui em relação à existência do programa e a sua função.</p>
		<p>9. Que balanço faz do Programa Especial Residência Segura?</p>	<p>Percecionar sobre a perspetiva do cidadão em relação à eficácia do programa.</p>
		<p>10. Na sua opinião, o que se podia fazer de diferente para melhorar a implementação do programa?</p>	<p>Captar propostas que as pessoas tenham e que sejam interessantes para o futuro do PERS.</p>

Tabela 3 – Estruturação da entrevista a civis

Fonte: Realização própria

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Entrevistado 1 (E1) – Cabo Dias da SPCPC do DTer de Loulé
- E2 – Tenente Silvestre, Adjunto do Comandante do DTer de Loulé
- E3 – Tenente-Coronel Santos, Chefe da SOTRP do CTer de Faro
- E4 – Major Silva, Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do Departamento de Operações da GNR
- E5 – David Thomas, fundador da Associação Safe Communities Portugal
- E6 – Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Almancil
- E7 – Telmo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira

ENTREVISTAS A MILITARES

Entrevista ao Cabo Dias, membro da Equipa Residência Segura do DTer de Loulé

Esta entrevista foi realizada no dia 26 de abril de 2022 através de videoconferência pela plataforma online Zoom ao Cabo (de Curso) Daniel Dias, membro da Equipa Residência Segura da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC), sendo uma equipa atualmente constituída por dois elementos, pertencente ao Destacamento Territorial de Loulé, que por sua vez está integrado no Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana. É atualmente o responsável pelo PERS no destacamento.

1ª pergunta: Quais são as principais características do furto em residência?

Resposta: É um furto que se baseia no descuido do cidadão, aproveitando o facto da habitação mostrar aspetos de estar vazia, como portas e janelas abertas, sem ninguém à vista; ou o facto de serem pessoas mais frágeis que se encontram sozinhas em casa.

2ª: Que dimensão assume o crime de furto em residência dentro da criminalidade registada anualmente?

R: Estão atualmente abrangidas pelo PERS na nossa área cerca de 3078 habitações, sendo que segundo dados de 2020, apenas se registaram 14 furtos em residência na área do DTer de Loulé, um número que pode diferenciar da verdade porque nem sempre as pessoas recorrem à denúncia do sucedido.

3ª: Como avalia o impacto deste crime no sentimento de segurança dos cidadãos?

R: As pessoas atualmente devido à nossa atuação transmitem-nos que se sentem seguras, pois o facto de as pessoas terem casas na serra algarvia, em locais isolados e de difícil acesso dificulta muito a chegada da GNR em tempo oportuno à ocorrência. A nossa ação não impede totalmente a ocorrência de furtos, mas o cidadão sente que estamos mais próximos.

4ª: Quais são as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência?

R: Divulgação de informação para as pessoas se protegerem, proximidade do cidadão, uso dos PEPP, como o PERS.

5ª: Qual o papel dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento na atividade operacional da GNR?

R: Registamos casos que consideramos que se inserem nos PEPP, preenchendo fichas com os dados pessoais de cada pessoa, inclusivamente quantas pessoas moram em casa, se a morada é permanente ou não, quando é que se costumam ausentar, etc. E com base nesse ponto pedimos que as pessoas, quando se ausentam da sua casa por exemplo por 15 dias, que nos informem, porque sabemos que a habitação estará mais vulnerável. Esta informação dá-se por contacto direto, em que a pessoa nos liga para nós termos conhecimento. Em termos de intercâmbio, por exemplo, com o programa “Idosos em Segurança”, vamos dois militares, um do PERS e o outro do “Idosos em Segurança”.

Atualmente atualizamos os dados todos em fichas, quer sejam de um programa quer sejam de outro, tentando que os dados estejam sempre atualizados. Como trabalhamos todos juntos dentro das SPCPC, cada um responsável por um programa (Idosos em Segurança, PERS e Escola Segura) facilita o intercâmbio entre os programas.

6ª: Quanto ao Programa Especial Residência Segura (PERS) quais são as suas principais características?

R: Este programa foi criado em 2010, devido a uma onda de assaltos e roubos que ocorreu na altura, além de um cidadão inglês que faleceu devido a um assalto enquanto se encontrava na sua residência. Atualmente a comunidade estrangeira constitui uma parcela bastante significativa dos constituintes do PERS, porque se sentem seguros com a nossa atividade. Existem inclusive pessoas que moram em Loulé, mas não falam português, só falam francês ou inglês, mas ao contactarem-nos são recebidos de igual forma, não constituindo a língua falada um entrave à comunicação. “São recebidos como se falassem português”. O facto de as pessoas isoladas nos verem junto delas, a mostrar a nossa presença, faz com que não sejamos vistos apenas como uma força de segurança, mas como uma força próxima, quase como um amigo.

Temos o cuidado de falar com as secções de inquérito dos PTER, para trocar informações sobre o registo dos furtos que eles têm, para perceber se foram furtos realizados dentro das áreas do programa. Mas isto mais uma vez depende da participação do crime por parte dos cidadãos, sendo que são os PTER é que recebem as queixas, pelo que eles é que têm acesso a esse tipo de dados. A exceção acontece se as pessoas nos ligarem diretamente, mas isso só ocorre em casos pontuais.

7ª: Como avalia o papel das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) no sentimento de segurança da população?

R: Atualmente estamos dois militares por cada programa, perfazendo seis no total: dois no PERS, dois no Idosos em Segurança e dois no Escola Segura. No entanto estes números alteram-se devido a outros empenhamentos destes militares. Por exemplo, um dos militares do PERS também está empenhado ao nível da Proteção Civil, pelo que na época de incêndios não está disponível. Ou seja, apesar de haver equipas responsáveis por certos programas isso não é estanque, por exemplo, eu sou da Equipa Residência Segura, mas estou disponível para o Idosos em Segurança ou para o Escola Segura, estando prontos a apoiar a execução de outros programas.

8ª: Que tipo de interação existe entre a atividade das SPCPC e a ação dos Postos Territoriais?

R: Existe uma interação sim, por exemplo, toda a informação recolhida por nós sobre o PERS é partilhada com os PTER que têm a jurisdição das freguesias com habitações pertencentes ao mesmo. Atualmente temos 43 áreas incluídas no PERS que estão na zona

de ação do PTer de Loulé e no PTer de Almancil e estes postos têm toda a nossa informação em relação a essas habitações. Posso dizer que vamos ter uma reunião em que vamos adicionar mais uma área ao programa, constituída por 120 casas e como pertence à área de patrulha do PTer de Loulé, vai-lhes ser entregue toda a informação pertinente referente às mesmas. Esta partilha de informação facilita posteriormente a atuação das patrulhas em caso de necessidade, pois já possuem a georreferenciação das habitações em causa.

9ª: No âmbito do PERS, a GNR interage regularmente com moradores, associações de moradores e/ou outros atores?

R: Relativamente ao caso anterior contactámos diretamente o Presidente da Junta de Freguesia da área, devido à adição de uma área, em que marcamos uma reunião para apresentarmos o programa em PowerPoint, esclarecermos dúvidas, ocorrer o preenchimento das fichas com os dados relevantes e identificar as residências com números e notificar as pessoas desses números, pois no PERS numeramos as casas, não estando identificadas como “casa de Sr....” mas antes como “casa nº1” nos nossos registos. Normalmente quando adicionamos casas, falamos na altura com os proprietários, identificando-nos e explicando o programa, sendo que muitas pessoas já conhecem o nosso trabalho. Entregamos também às pessoas um cartão com o nosso contacto.

Quando introduzimos habitações ao programa, fazemo-lo por áreas, não por casas isoladas, só em raras exceções, por exemplo, na Freguesia de Alte não temos áreas pertencentes ao programa, mas face a um pedido de uma pessoa que reside numa habitação isolada, longe de outras áreas sinalizadas e de outras habitações, georreferenciámos essa casa, colocámo-la no sistema com um número e adicionámo-la ao programa. Neste caso, o processo iniciou-se com o pedido do indivíduo em questão através de chamada telefónica, sendo que depois nos deslocámos ao local presencialmente.

Também temos uma relação com a Safe Communities Portugal, mais propriamente com o seu representante, o Sr. David Thomas, em que temos uma certa proximidade com ele, tendo sido das primeiras pessoas a relacionar-se connosco após a implementação do PERS, servindo de ponte entre nós e a comunidade estrangeira, ajudando a esclarecer dúvidas que surjam entre eles, nomeadamente em questões de segurança.

Já chegámos a fazer ações de sensibilização no MAR Shopping Algarve ou no Supermercado Apolónia (ambos em Almancil), que a comunidade estrangeira frequenta muito, colaborando com este senhor.

10ª: Quais são as fragilidades do PERS identificadas até ao momento?

R: As fragilidades surgem principalmente do lado do cidadão, em que relaxam nas medidas a tomar. Por exemplo, na altura da troca da moeda de Escudos para Euros houve várias pessoas que foram enganadas porque deixaram entrar desconhecidos nas suas casas que as burlaram. Tentamos principalmente falar com as pessoas e fazer apresentações PowerPoint que ajudam a espalhar a nossa palavra e lembrá-las que nos podem telefonar e que devem estar alerta.

11ª: Que propostas se sugerem para melhorar a implementação do PERS?

R: A nossa grande dificuldade passa pela falta de meios, sendo que temos duas viaturas e seis computadores para seis militares. Já reportámos hierarquicamente a situação, porque dificulta o nosso trabalho. Em relação às pessoas, não me posso queixar, porque temos uma ótima relação com elas e é bom saber que se sentem mais seguras com o nosso trabalho.

Entrevista ao Tenente-Coronel Santos, chefe da SOTRP do CTer de Faro

Esta entrevista foi realizada ao Tenente-Coronel Paulo Santos, atualmente o chefe da Secção de Operações, Treino e Relações Públicas (SOTRP) do Comando Territorial de Faro. Importa ainda referir que foi o impulsionador da criação do Programa Especial Residência Segura em 2010, na altura Projeto “Residência Segura”, como medida inovadora para fazer face a vários furtos e roubos a residências no concelho de Loulé, sendo que nesta altura era o Comandante do DTer de Loulé. Esta entrevista foi realizada por videoconferência, através da plataforma Zoom, no dia 28 de abril de 2022.

1ª pergunta: Quais são as principais características do furto em residência?

Resposta: Principalmente ocorrem aqui no Algarve dois tipos de furto em residência, um em que o assaltante opta por habitações que estejam desocupadas, normalmente por arrombamento, como casos em que a família residente se tenha ausentado para férias e o outro tipo ocorre quando as habitações estão ocupadas. Devido a isso a situação evolui por norma para roubos a residência, visto que o assaltante recorre à força física e à violência para coagir a vítima e cometer o crime. O que mais nos preocupa é o furto que

ocorre com a presença dos habitantes, pois as casas encontram-se recheadas com diversos valores e há perigo para a segurança dos cidadãos.

2ª: Que dimensão assume o crime de furto em residência dentro da criminalidade registada anualmente?

R: O grosso da criminalidade que registamos entra na tipologia de crimes contra o património, correspondendo a cerca de 70%-80% de toda a criminalidade registada, e dentro deste o furto (nas suas diversas formas – principalmente em residência e no interior de estabelecimento comercial) tem igual expressão em termos de percentagem.

3ª: Como avalia o impacto deste crime no sentimento de segurança dos cidadãos?

R: Sentimos que afeta muito a nível psicológico as pessoas sentirem que entraram dentro daquilo que é o seu espaço privado, do seu espaço seguro, o que faz com que o furto seja mais danoso em termos dos efeitos que provoca a nível de insegurança do que propriamente a subtração de bens materiais.

4ª: Quais são as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência?

R: A nossa ação principal passa por conseguir incidir o patrulhamento em zonas sensíveis de forma a desmotivar potenciais assaltantes. Como forma de apoio nesta tarefa há o recurso ao policiamento de proximidade e ao policiamento comunitário, com ações de sensibilização e divulgação da nossa atividade e com o reforço da nossa presença junto da população. A nossa grande arma acaba por ser a criatividade, para que com os meios disponíveis os consigamos rentabilizar da melhor forma possível. Resumindo, tendo noção das nossas capacidades tentamos desmotivar criminosos e aumentar o sentimento de segurança dos moradores. Sabemos que não podemos ter um guarda à porta de cada pessoa e é aí que entra a criatividade. Apesar de não ser visível, também é muito importante o trabalho da investigação criminal, que procura criar elações a partir das informações disponíveis para deter os criminosos, principalmente porque por norma é um grupo isolado que faz uma série de assaltos, pelo que se detivermos esses indivíduos, o número de furtos cairá exponencialmente. Basicamente, a investigação criminal apercebe-se da existência de um novo ator criminal na zona, inicia a investigação e recolhe provas e indícios para o poder apresentar à justiça.

5ª: Qual o papel dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP) na atividade operacional da GNR?

R: O segredo para uma boa ação da GNR passa pela interação entre as SPCPC, os PTER e os NIC (Núcleos de Investigação Criminal), sendo que normalmente são as SPCPC as primeiras a aperceberem-se de algo, devido ao contacto próximo com o cidadão, sendo que o passo seguinte passa por os PTER orientarem o seu patrulhamento com base nessas informações, devendo ocorrer também da parte destes uma saudável troca de informação com as SPCPC, pois ninguém consegue atuar sozinho, sem partilha de dados, sendo que é para isso que existem as especializações, para que ninguém precise de saber fazer tudo, mas que se foque numa área de atividade e que interaja quando entre numa área de trabalho que não é a sua. A necessidade de concertar funções assume uma importância diária, sendo que o principal ator responsável por este trabalho é o Comandante de DTER, que tem estas três valências sob a sua alçada.

Em relação às SPCPC estarem nos DTER e não nos PTER, considero que os PTER não têm capacidade para a especialidade, pelo que se perdia a vantagem da especialização ao segmentar demasiado a iniciativa, já que não era suportável pelos meios humanos e materiais.

6ª: Quanto ao Programa Especial Residência Segura (PERS) quais são as suas principais características?

R: Na minha opinião não há um programa especial na GNR, PERS, Escola Segura ou outro que não assuma um carácter de diferenciação relacionado com o sítio onde está implementado, porque adapta-se ao meio onde está inserido. O PERS só faz sentido atendendo às características específicas do Algarve, já que falamos de uma predominância de cidadãos estrangeiros em relação a outras zonas do país, que vieram para a região à procura de sossego, não à procura das características balneares, fixando-se numa região do interior, mas com fácil ligação ao seu país de origem através do aeroporto de Faro e com relativa segurança na sua zona habitacional, o que permite que morem em residências relativamente luxuosas na zona do Barrocal Algarvio, que ao estarem isoladas ofereciam um certo sentimento de segurança aos seus proprietários, por vezes falsa, porque muitas não possuíam sistemas de videovigilância ou sequer gradeamento, o que os tornou alvo do fenómeno criminal dos furtos em residência, especialmente na época de 2009/2010, o que fomentou a criação do PERS, que reduziu o número de ocorrências desta tipologia de crime. Esta redução acabou por ajudar na evolução do programa, já que houve uma procura desta medida por parte da comunidade afetada, o que também apoiou a criação de outros projetos como a vigilância de bairro, oriundo do modelo de policiamento anglo-

saxónico. Por volta desta altura ocorreu a criação da associação Safe Communities Algarve pelo senhor David Thomas, que viria a evoluir para a Safe Communities Portugal, que surgiu entre vários fóruns de esclarecimento criados por cidadãos estrangeiros.

Os cidadãos nacionais raramente aderem ao programa, não querendo fornecer dados, o que contrasta com a forma de pensar dos cidadãos estrangeiros, que mostram a sua prontidão para aderir ao programa, mostram-se dispostos a darem o seu contributo, sendo ativos e participativos em reuniões com a comunidade ou através das autarquias.

Inicialmente o programa foi enquadrado enquanto meio de policiamento de proximidade, no entanto, atualmente a sua atuação insere-se mais no policiamento comunitário, pois este programa não pressupõe uma atuação de uma via só, como no policiamento de proximidade, não sendo um programa só da Guarda, ou só das Forças de Segurança, mas também um programa do cidadão com a Guarda, envolvendo a comunidade. Não é só algo que a Guarda tem para dar, nem é isso que se pretende.

O Algarve possui características geográficas específicas comparando com o próprio país, sendo que esta região se divide em três zonas principais, sendo estas: a Serra, o Barrocal e o Litoral. O Barrocal faz a ligação entre a Serra e o Litoral, sendo constituído por terrenos barrocos, com uma vegetação caracterizada por plantações de alfarrobeira, amendoeira, assumindo-se como uma zona escolhida preferencialmente pelos cidadãos estrangeiros para aí residirem, escolhendo principalmente o concelho de Loulé para morar, estando também presentes em Silves e Tavira, e um pouco em Albufeira. Resumidamente, o centro algarvio. Atualmente temos cerca de 8000 residentes referenciados e enquadrados no PERS.

7ª: Como avalia o papel das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) no sentimento de segurança da população?

R: O próprio nome destas Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário traduz o objetivo por detrás do trabalho das mesmas, procurando a interação entre a GNR e o cidadão.

O meu comandante disse-me que tínhamos de “criar algo diferente para combater algo diferente”, mais numa ótica de repressão, ao colocar equipas no terreno prontas para tentar apanhar os criminosos no ato. O problema começa a ser mediatizado e isso cria uma pressão no nosso trabalho para apresentar resultados, havendo todo o apoio do comando da GNR para resolver a situação. Estas SPCPC já tinham sido usadas e mostrado

trabalho, nomeadamente na área do caravanismo, ao dissuadir o estacionamento ilegal com a presença uniformizada, pelo que agora se usou estas secções com o intuito de conhecer e contactar com todo o cidadão ao seu alcance, com o objetivo de criar empatia. Os PEPP são estratégicos para tratar do sentimento de segurança da comunidade, sendo a principal ferramenta da GNR para este efeito.

8ª: Que tipo de interação existe entre a atividade das SPCPC e a ação dos Postos Territoriais (PTer)?

R: As SPCPC podem ser usadas como meio de recolha de informações, orientando o esforço e as patrulhas na sua atividade diária. Para se alcançar isto é preciso procurar o diálogo com os militares, especialmente com o comandante de PTer. O militar da patrulha também interage com o interlocutor local de segurança, que se assume como o ponto de contacto da comunidade, normalmente por serem os mais dinâmicos ou pelas funções que desempenham, como presidente de uma associação ou presidente de junta de freguesia, que devido aos papéis chave que assumem na sociedade espalham mais facilmente a mensagem da GNR, atingindo mais pessoas de forma mais eficiente.

Sendo que rotineiramente o militar do PERS já procura a proximidade com o cidadão, deve também a procurar com os camaradas do PTer, que não estão tão sensibilizados para estas questões, mas que assumem um papel fundamental nas mesmas, devendo estar recetivos a este tipo de matérias. Hoje em dia, usa-se comumente o *whatsapp* como ferramenta de difusão de informação, que é uma ferramenta que facilita a comunicação e que ajuda a terminar com a noção de “quintal”. Deve-se procurar um esforço de todos os militares, em vez de um esforço específico só de alguns.

9ª: No âmbito do PERS, a GNR interage regularmente com moradores, associações de moradores e/ou outros atores sociais?

R: É comum ocorrerem ações de sensibilização com várias entidades. O sr. David Thomas da Safe Communities Portugal é alguém com quem temos uma relação estreita, visto este servir de ponte entre a GNR e a comunidade estrangeira em Portugal, tendo sido útil por exemplo, para divulgar as regras a adotar pela população aquando da pandemia da Covid-19, obtendo esclarecimentos sobre as atualizações das regras junto da GNR para depois as difundir pela comunidade. Principalmente, estas entidades precisam é de informação, sendo que se não formos nós a providenciá-la, eles vão buscar apoio a outro lado, perdendo este parceiro. São entidades que solicitam um grande esforço da nossa parte, pelo que nos “obrigam” a andar ao mesmo ritmo que eles.

Já difundimos também a nossa atividade através de rádios locais, como a KISS FM, onde tínhamos o nosso tempo de antena e passávamos diverso tipo de informação, não apenas sobre o PERS, mas não é muito eficaz porque a comunidade estrangeira não ouve a rádio local, focando mais na imprensa estrangeira, dos seus países de origem.

10ª: Quais são as fragilidades do PERS identificadas até ao momento?

R: Há a necessidade de se explorar outras formas de sensibilizar e acompanhar o trabalho desenvolvido junto da população, aprofundando por exemplo a ligação com a Safe Communities. Para além disso, a falta de comunicação entre as SPCPC e os PTER também se pode assumir como um problema, não havendo troca de informação.

Acima de tudo, a maior fragilidade é a estagnação, ao não surgirem novas iniciativas, não se dinamizar o programa e acima de tudo é necessária muita criatividade para melhorar o PERS.

No início focámo-nos no cidadão e fizemos um questionário sobre a satisfação da população para com o PERS, e estava na altura de o voltarmos a fazer, para recolhermos “inputs” sobre a perspetiva do cidadão, para melhorarmos a nossa atuação, sendo que acredito que qualquer PEPP devia ser avaliado de vez em quando.

Nós sabemos que os tribunais raramente dão feedback relativamente à conclusão dos processos que iniciam com as nossas investigações, sendo que duvido que chegue alguma informação aos cidadãos estrangeiros que são vítimas de crimes cá em Portugal, pois os casos depois são arquivados e fica por aí. Somos nós, as polícias, que damos a cara e recebemos as queixas dos cidadãos e encaminhamos os casos para os tribunais, mas depois aí não há feedback. Podia-se criar um sistema que atualiza o cidadão acerca do seu caso, através de e-mail, em que referia as fases do mesmo e que ações tinham sido tomadas, num sistema de resposta automática.

Mas para mim a maior fragilidade é a estagnação. Sendo que existe pessoal no Comando Operacional que se dedica a pensar em formas de melhorar os PEPP, mas há sempre lugar para haver melhoramentos.

11ª: Que propostas se sugerem para melhorar a implementação do PERS?

R: Temos de desenvolver formas de reunir a estatística criminal, mais especificamente o número de ocorrências que têm como alvo o turista, de maneira mais eficiente. Digo turista, mas primeiro é necessário separar o turista nacional, do turista estrangeiro, do residente nacional, do residente estrangeiro. Precisamos de fazer um diagnóstico da situação, percebendo que volume temos em mãos, quais as problemáticas que afetam mais

o turista. Este conhecimento existe de forma empírica, mas falta reuni-lo de forma objetiva, com dados concretos.

Se temos um programa desenvolvido a pensar no turista, e queremos dinamizar o turismo enquanto principal atividade económica da região, temos de pensar na segurança como estando de braço dado com esta temática. O país e o Algarve tem a afluência que tem, tendo até beneficiado pela diminuição do fluxo para outros destinos como o norte de África, devido à segurança que temos.

Acho que devemos otimizar o serviço que prestamos a esse tipo de cidadão, sabendo já de antemão que o estrangeiro é um alvo preferível para diversos tipos de crimes.

Entrevista ao Tenente Silvestre, Adjunto do Comandante do DTer de Loulé

Esta entrevista foi realizada ao Tenente de GNR Infantaria Diogo Silvestre, com as funções de Adjunto do Comandante do DTer de Loulé desde 2019, tendo esta função sido interrompida temporariamente quando assumiu funções como instrutor de formação no Curso de Formação de Guardas na Figueira da Foz. A entrevista foi realizada no dia 28 de abril de 2022.

1ª pergunta: Quais são as principais características do furto em residência?

Resposta: O furto em residência é um tipo de crime que é particularmente lesivo para as vítimas, na medida em que viola a segurança que associamos ao nosso lar, ao sentirmos uma invasão do nosso espaço, o que é traumatizante para as vítimas, criando um sentimento de insegurança.

Este crime não tem um padrão fixo, mas costuma-se focar na ausência dos moradores na habitação. No Algarve e mais especificamente neste DTer, costuma ocorrer principalmente no verão e em alojamentos de férias, em que os habitantes saem para ir à praia, para ir tomar uma refeição ou sair à noite para bares, apercebendo-se do furto quando regressam a casa.

2ª: Que dimensão assume o crime de furto em residência dentro da criminalidade registada anualmente?

R: No último ano neste DTer, foram registados 3206 crimes em termos de criminalidade geral, destes 926 são furtos, sendo que 335 foram furtos em residência, perfazendo

10,45% de toda a criminalidade registada. Por último ano, quero dizer desde o dia 28 de abril de 2021.

3ª: Como avalia o impacto deste crime no sentimento de segurança dos cidadãos?

R: Na minha opinião, o furto em residência é dos crimes que causa maior impacto no sentimento de segurança. Principalmente, em lugares recônditos e com poucas pessoas, esta tipologia de crime tem um impacto muito grande, pois as pessoas não esperam que as suas casas sejam violadas, ao invés de outros crimes mais previsíveis, como o tráfico de droga, em que se vê pessoas com aspeto menos recomendável em algumas zonas, o que à partida, faz com que evitem a situação.

4ª: Quais são as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência?

R: Foi criado o PERS como principal medida, através da designação de áreas em que policiamento deve incidir, e sucessivamente numeram-se as casas dessa área pertencentes ao programa. O DTer de Loulé é responsável pelo policiamento de toda a área do Concelho, o que constitui uma área muito grande e com casas isoladas e de difícil acesso, sendo que algumas destas casas nem eram conhecidas pelos militares antes da implementação do programa. Devido a um fenómeno criminal que ocorreu em 2009/2010 com uma subida do número de furtos e roubos a residências, fez-se esta identificação para que mais rapidamente a patrulha às ocorrências conseguisse lá chegar em tempo oportuno.

Regularmente fazemos ações de sensibilização junto da população mais isolada, informando-a dos cuidados que devem ter, de que se devem proteger a si próprios através da instalação de alarmes e de sistemas de videovigilância, de que devem tomar nota de viaturas estranhas nas imediações das suas casas e que devem ter apontado os números da Equipa Residência Segura e do PTER responsável pela área onde são residentes.

Também mantemos contacto com os representantes dos residentes locais inscritos no PERS e é com esses que mantemos um contacto direto, com o objetivo de que estes divulguem a nossa palavra pelo resto dos residentes.

Por lei, temos informação dos alarmes das residências que disparam, inclusivamente se se trata de falso alarme ou de uma intrusão na residência. Consequentemente, o morador contacta-nos, ou se contactar a empresa de segurança privada, estes reportam-nos a situação.

5ª: Qual o papel dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP) na atividade operacional da GNR?

R: O papel dos militares envolvidos nestes programas é de executarem um policiamento de proximidade, através do contacto com os idosos (Idosos em Segurança) ou com as crianças (Escola Segura). Estes militares estão muito desfalcados em termos de efetivo, quer os responsáveis pelos PEPP das SPCPC (que pertencem ao DTer) quer os dos PTer. Devido a isto cria-se a problemática do pessoal dedicado aos programas especiais raramente estar a desempenhar exclusivamente funções dos programas especiais, servindo mais como “tapa-buracos” dos DTer, servindo para colmatar falhas dos PTer, para irem para operações, para irem para serviços de gratificado, para executarem patrulhamento para um PTer que não tem capacidade de o assegurar. Devido a todos estes empenhamentos, não é possível que estes militares realizem a sua missão, para a qual foram designados, que é a de pura prevenção, tal como está no nome dos programas, “Programas Especiais de Prevenção e Policiamento”.

Aqui em Loulé temos dois militares para o PERS, num concelho que tem mais de 70 000 habitantes, com imensas casas identificadas e numeradas. É humanamente impossível realizar ações de prevenção para além do policiamento regular, para além de que os membros da SPCPC do DTer de Loulé só têm uma viatura a funcionar de momento, apesar de terem três atribuídas. Não é possível em relação ao Escola Segura, por exemplo, assegurarem uma presença nas escolas, pois temos muitas neste concelho e só dois militares é que estão designados para o programa (2 militares para mais de 12 000 alunos), não sendo possível a sua presença antes e depois das aulas, mas só para as ações de sensibilização. Não estamos a fazer a missão para a qual os programas especiais foram criados. Em relação ao PERS, temos cerca de dois militares para mais de 3000 residências assinaladas, sendo que um deles está empenhado pela Proteção Civil na época dos incêndios.

6ª: Quanto ao Programa Especial Residência Segura (PERS) quais são as suas principais características?

R: A proximidade com o cidadão é uma das suas principais características, sendo um dos programas onde isso é mais notório. As pessoas ao receberem os *fliers* que distribuimos com conselhos básicos para a sua segurança, sentem-se muito mais seguras, sendo que também recebem os nossos números de contacto telefónico. A população ao ver os nossos números a identificarem as suas casas, ao verem a nossa atuação, pensam que estão seguríssimas. É um programa que nos faz conhecer melhor a nossa área de atuação e as pessoas. O grande causador do sentimento de segurança, não é a equipa do PERS em

específico, mas o seu trabalho conjugado com as patrulhas, que fazem a imagem da Guarda. O facto da patrulha se deslocar a uma ocorrência de ruído, só por si serve para aumentar o sentimento de segurança, e nesta situação nem há influência do PERS.

7ª: Como avalia o papel das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) no sentimento de segurança da população?

R: O grande causador do sentimento de segurança, não é a equipa do PERS em específico, mas o seu trabalho conjugado com as patrulhas, que fazem a imagem da Guarda.

8ª: Que tipo de interação existe entre a atividade das SPCPC e a ação dos Postos Territoriais (PTer)?

R: Do que eu sei, funciona mal, porque existe um corporativismo dentro de cada especialidade. Há sempre alguns atritos, o que cria mau estar e por sua vez perda de informação. Já houve situações em quem ajudou a encontrar pessoas foi o pessoal responsável pelo PERS, como o Cabo Dias; dei-lhe a descrição e ele soube-me dizer exatamente onde ele morava e qual era a casa; são pessoas com muito conhecimento. Às vezes a patrulha vai a certos sítios, identifica pessoas e não fala com a equipa Residência Segura; por exemplo, temos informação de que mora certa pessoa numa casa, mas sem sabermos já é nova pessoa que lá mora, pensando que ainda lá morava a outra. A patrulha obteve informação, mas não a partilhou. Há falta de comunicação entre estas duas valências, que têm funções diferentes, mas que trabalham para o mesmo.

9ª: No âmbito do PERS, a GNR interage regularmente com moradores, associações de moradores e/ou outros atores sociais?

R: Em Loulé temos uma população estrangeira muito grande, e com um nível social elevado com bastantes posses, que procuram o Algarve para passarem a sua reforma, em segurança, em locais como a Quinta do Lago e Vale do Lobo. Da nossa parte temos algum cuidado na forma como lidamos com eles, sendo que o pessoal do PERS tem uma excelente relação com eles, sendo necessário militares com domínio do inglês e do francês, não bastando um bom militar a nível operacional, sendo necessário um bom trato e um pouco “político”. Estes estrangeiros pedem a nossa presença em eventos que os mesmos organizam, como eventos do Rotary Club, para fazer apresentações sobre o que é a GNR e que missões desempenha. É muito importante mantermos uma relação próxima, para podermos receber informações do lado deles.

10ª: Quais são as fragilidades do PERS identificadas até ao momento?

R: A falta de efetivo e a falta de meios, principalmente. O programa está bem conseguido, podemos dizer que falta dinamização, mas para isso precisamos de pessoal e meios, para nos podermos deslocar. Há várias ideias que podemos ter, mas com um militar apenas dedicado ao programa é impossível.

11ª: Que propostas se sugerem para melhorar a implementação do PERS?

R: Penso que o PERS devia ser mais publicitado. Foi publicitado na altura da sua implementação, para combater a problemática que já falámos relativamente aos roubos que ocorreram, com sequestros inclusive, mas atualmente podemos dizer que o programa atualmente está um pouco parado, não só aqui, mas a nível nacional. Antes ouvíamos falar na televisão que as pessoas quando iam de férias podiam deixar as chaves das suas residências nas mãos do PTer local, mas hoje em dia deixou de se ouvir. Isso acontecia porque as pessoas tinham uma grande confiança nas forças de segurança. Acho que o melhor passa por publicitarmos melhor o nosso programa, por exemplo, através das redes sociais, que é uma plataforma que toda a gente usa.

Entrevista ao Major Silva, Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário

Esta entrevista foi realizada ao Major Ricardo Luís Rodrigues Guimarães da Silva, da Arma de Infantaria de GNR, tendo passado ao longo da sua carreira pelo GIOP (Grupo de Intervenção e Ordem Pública), pela DCRP (Divisão de Comunicação e Relações Públicas), o Destacamento Territorial de Sintra e atualmente encontra-se a chefiar a Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário. Esta entrevista foi realizada online via Plataforma Zoom no dia 26 de maio de 2022.

1ª pergunta: Quais são as principais características do furto em residência?

Resposta: O crime de furto em residência é, como sabes, um crime contra o património, mas que indiretamente é um crime que afeta o espaço mais reservado das pessoas, o seu espaço íntimo. Ou seja, não se tratando de um crime contra as pessoas, é um crime que as afeta profundamente, sendo realizado na sua esfera privada. Cria todo um descrédito naquilo que é o sentimento de segurança.

O que o diferencia em termos de impacto dos outros crimes contra o património são os efeitos que causa no momento e no futuro.

2ª: Que dimensão assume o crime de furto em residência dentro da criminalidade registada anualmente?

R: No RASI 2021, na sua página 38, é feito um levantamento dos 16 crimes que juntos perfazem 70% do total da criminalidade participada, onde se inclui o furto em residência, destacando-se pela redução dos seus números em cerca de 14% de 2020 para 2021, de 9168 para 8420. No entanto, o facto de estarmos em período pandémico também pode influenciar esta mudança, pois trata-se de um crime de oportunidade, que ocorre ou na ausência dos proprietários ou mesmo que na sua presença, sem o seu conhecimento. O facto de as pessoas estarem em casa dificulta a perpetuação deste tipo de furto.

3ª: Como avalia o impacto deste crime no sentimento de segurança dos cidadãos?

R: Este tipo de crime acontece maioritariamente por descuido, por falta de cuidado por parte de quem o sofre. Todas as medidas tomadas não impedem a ocorrência do furto, mas diminuem a sua probabilidade.

O cidadão deve assumir que o furto aconteceu porque a sua casa não estava segura e não ver esta ocorrência como falta de medidas de policiamento. O primeiro impacto do crime é psicológico, porque o cidadão percebe que a sua residência afinal não está segura como pensava, a sua esfera mais íntima. Depois também associa o ocorrido à falta de atuação da polícia, à falta de medidas de policiamento de proximidade, não vendo como razão a sua própria culpa.

A Guarda tenta estar em todo o lado, mas isso não acontece, pelo que a comunidade deve assumir um maior impacto na sua segurança.

Resumindo, o impacto psicológico pelo descrédito das medidas das forças de segurança, sendo que o sentimento de segurança ou a sua falta também cria um impacto social, pois a ocorrência do crime não afeta só o furtado, mas toda a gente sente-se menos segura a partir do momento em que sabe que ocorreu o furto. Há ainda o impacto financeiro, não só pela perda dos bens, mas porque o cidadão afetado após ter sofrido o crime vai fazer um investimento no aumento de segurança da sua habitação, e não só ele, mas o resto da população também vai equacionar estas medidas, fruto do seu sentimento de insegurança. No entanto este investimento pode ser mal direcionado, pois em Portugal o alarme é considerado como a melhor medida de segurança, sendo que a nível europeu é visto como uma medida placebo, devendo ser complementar, mas o seu efeito prático é

reduzido, desde o atraso de resposta entre o alarme e a chegada de meios aos falsos alarmes, que ao acontecerem baixam o nível de atenção relativamente a esta medida.

Em jeito de conclusão, ocorre o impacto psicológico, o impacto social e o impacto financeiro.

4ª: Quais são as principais medidas tomadas pela GNR para a prevenção do furto em residência?

R: Atualmente, usando o modelo de policiamento de proximidade atuamos muito na prevenção, assumindo que a nossa presença é dissuasora, mas o seu peso é discutível, porque não conseguimos estar junto de todas as residências todo o tempo, pois o furto em residência é um crime de oportunidade e como tal ocorre no melhor momento para quem o pratica, sendo um crime planeado e pensado antes de ser executado. O criminoso acredita que vai ter resultados e é por isso que o faz.

Apesar de ainda não ser feito, um importante passo que pode ser feito no nosso país é o uso de videovigilância em espaços públicos, para identificar dinâmicas e práticas; sendo que atualmente atuamos muito na parte física, com militares empenhados no terreno.

Para além do policiamento de proximidade, deve também ser feita a sensibilização, nomeadamente através das redes sociais, sendo uma forma de divulgação extremamente rápida, aliadas à comunicação social.

Pós-furto é usada a investigação criminal como meio de obtenção de prova, no entanto, em termos de prevenção o foco está na nossa presença, através do policiamento de proximidade, aliada à sensibilização.

Em Portugal ainda falta passar o conceito da integração da comunidade para a prática, ou seja, envolver a atuação da câmara, da junta, do cidadão, dos seus vizinhos, na prossecução de segurança. Ocorre o policiamento de proximidade, mas falta por vezes dar o próximo passo.

A prevenção da criminalidade é associada ao policiamento de proximidade e ao policiamento comunitário. O policiamento comunitário apareceu como uma evolução do policiamento de proximidade, pois já estamos a fazer policiamento de proximidade quando andamos na rua junto das pessoas. O policiamento comunitário difere-se porque passa por envolver a comunidade na nossa ação, envolvendo não só o cidadão, mas também o comércio, o turismo, a junta de freguesia, etc. A nível de envolvência com as câmaras municipais já existem os conselhos municipais de segurança, da educação e o

conselho local de ação social, sendo que em específico o de segurança foca-se no trabalho enquanto comunidade, que é muito superior ao trabalho isolado das partes envolvidas.

5ª: Qual o papel dos PEPP na atividade operacional da GNR?

R: Estes programas surgem para fazer face a uma vulnerabilidade, como o PERS cujo nascimento surge no Algarve para dar uma resposta integrada a um problema existente. Outro PEPP conhecido e o primeiro de todos é o Programa Escola Segura, que faz este ano 30 anos, começando em 1992. Surgiu como os outros PEPP para fazer face a uma vulnerabilidade identificada, não resolvendo o problema localmente apenas, mas associando a GNR a outras entidades para dar uma melhor resposta em prol do bem comum. No caso do Escola Segura, que serve de exemplo, a atuação face à problemática não é exclusiva da GNR, havendo envolvimento dos professores e encarregados de educação, os diretores escolares e assistentes da própria escola. Todos os elementos atuam para colmatar a vulnerabilidade comunitária, não a vulnerabilidade de A, B ou C.

O PERS, por exemplo, foi criado para colmatar a reincidência da criminalidade, nomeadamente os furtos em residência, mas que era um fenómeno que afeta a comunidade. Na prática ocorre primeiro a reação para diminuir o número de ocorrências até um ponto aceitável, sendo difícil de chegar ao zero, e depois ocorre a prevenção. Acaba por ser o inverso do que deveríamos fazer, mas para isso só com uma análise preditiva do crime.

Apesar de se designarem por Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, não é só através de policiamento que se atingem os objetivos definidos, mas sim através da prevenção criminal.

6ª: Quanto ao PERS quais são as suas principais características?

R: O programa visa proteger o que é mais seguro para uma família a seguir a eles próprios, ou seja, a sua casa. Visa desmotivar o criminoso de efetuar o furto, sendo que como o criminoso adapta-se constantemente, também o programa se deve adaptar. Para isso o PERS foca a sensibilização das pessoas, por exemplo, para quando estejam ausentes de casa um certo período de tempo que avisem os vizinhos, para que estes levantem a correspondência, abram e fechem as janelas e acedam e apaguem as luzes, para levantar a dúvida de que a casa está ocupada, para enganar quem procura uma casa vazia.

O programa foca na prevenção, apesar de não ser a forma que mais facilmente reúne dados estatísticos para mostrar a eficácia do mesmo.

7ª: Como avalia o papel das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) no sentimento de segurança da população?

R: Atualmente 381 militares fazem parte desta estrutura a nível nacional, sem incluir 12 militares que já concluíram o curso que os habilita, mas que ainda não se juntaram.

Estes militares não são os únicos que contribuem para a prevenção criminal, mas são quem tem o papel de envolver a população, usando as competências que possuem. Os militares do PTer estão preocupados em reagir, enquanto estes estão preocupados em prevenir, sendo os que realizam policiamento comunitário, enquanto os militares dos PTer realizam policiamento de proximidade. As SPCPC influenciam direta e indiretamente o cidadão, sendo a sua ação direta através do seu contacto presente com o cidadão, enquanto a sua ação indireta pode passar por exemplo pelas crianças, que ao serem sensibilizadas diretamente ajudam posteriormente a GNR a espalhar a mensagem a toda a gente, nomeadamente aos seus pais e família próxima. Um adulto pode não aceitar ou ignorar a atividade das SPCPC, mas não vão ignorar os seu filhos, porque por uma questão de consciência vão dar o exemplo.

Interação com moradores, associações de moradores, condomínios, etc. passa muito pela educação e pedagogia, sendo que é mais fácil ensinar uma criança que um adulto.

8ª: Que tipo de interação existe entre a atividade das SPC e a ação dos Postos Territoriais?

R: O responsável pela interação entre estas forças na sua Zona de Ação é o Comandante de Destacamento, e a articulação entre estes grupos tem de ser direta, fazendo bom uso das diversas valências ao seu dispor.

Mesmo nos PTer, dependendo do efetivo também existem patrulhas apeadas ou moto, que dão mais visibilidade do que as realizadas em automóveis.

Hoje através da Plataforma SIIOP-P também é possível ter acesso a diversos dados recolhidos pelas patrulhas às ocorrências podiam não ter conhecimento, mas assim já podem usar esta informação para melhorarem a sua ação. Para além disso e para análise de informações também é possível fazer um pedido ao NAIC (Núcleo de Análise de Informação Criminal) que aliado à existência da Georreferenciação permite mapear os incidentes criminais na zona, para melhor adaptar o policiamento.

É muito difícil provar num universo de 5 casas por exemplo, quais são alvo do PERS e se isso diminui ou não a probabilidade de serem furtadas, comparativamente com

as que não pertencem ao programa, pelo que o objetivo do mesmo é a prevenção através da sensibilização.

9ª: No âmbito do PERS, a GNR interage regularmente com moradores, associações de moradores e/ou outros atores?

R: A nossa interação com estas entidades resulta da nossa boa relação com as mesmas, ao envolvê-las no conceito de comunidade que se pretende criar. A nossa correspondência com diversas entidades ocorre tanto a nível nacional como a nível local, com organizações de diferentes níveis.

É importante referir que no âmbito do PERS, os militares envolvidos têm o Curso de Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos, tanto os das SPC como a nível do Comando Territorial com um militar na SOTRP com esta habilitação.

Em termos de entidades com as quais nos relacionamos, a que se destaca é a Safe Communities Portugal, não existindo outra que tenha o mesmo alcance que esta e com a qual tenhamos a mesma interação.

10ª: Quais são as fragilidades do PERS identificadas até ao momento?

R: O programa precisa de evoluir para constantemente adaptar-se à realidade criminal, pois se não evoluir fica desenquadrado. Atualmente está a ser feita uma análise para perceber o que é que o PERS para além do sentimento de segurança, quer seja muito ou pouco, e como é que o conseguimos melhorar.

Algo que também falha é a consciencialização de que as pessoas são os principais responsáveis pela sua segurança. Não vamos estar só preocupados com os equipamentos de segurança que cada um tem em sua casa, porque isso também depende da sua capacidade financeira, mas focamo-nos nos comportamentos que queremos automatizar, relativamente a medidas de autoproteção, tanto que grande parte das mensagens dos *fliers* do PERS mencionam isso mesmo, a mudança nos comportamentos, para dar à residência um aspeto de que está ocupada, como envolver o seu vizinho para cuidar da sua casa na sua ausência. O cidadão também pode investir em ferramentas de segurança, como o alarme (mesmo com as suas fragilidades), portas e janelas reforçadas e circuitos de videovigilância no interior da propriedade, desde que apenas filme o seu espaço privado.

A Guarda existe para proteger quem cumpre, não para perseguir quem não cumpre, trabalhando lado a lado com o cidadão, protegendo o cidadão o seu espaço privado e nós a via pública.

Na prática, a reavaliação do PERS só é feita localmente, também fruto das especificidades de cada local. A nível nacional o programa pode parecer não muito eficaz, porque em certas regiões não se aplica, mas onde foi implementado e para onde foi designado trabalha bem. Nós queremos não a sua utilidade, mas como pode evoluir, podendo focarmo-nos mais na sensibilização e adaptando-o à realidade vivida, por vezes não focando no programa em específico, mas olhando para a atividade das SPCPC numa ótica mais geral. Se não podemos aplicá-lo da forma que foi pensado, adapta-se, se não fizer sentido em certa realidade não se aplica, porque não faz sentido. Não há nenhum programa perfeito.

11ª: Que propostas se sugerem para melhorar a implementação do PERS?

R: Para melhorar o PERS temos de acabar com a prática do conforto, com o facto de não se evoluir o que temos para corresponder aos programas atuais.

Para melhorar o programa podemos experimentar diversas medidas e verificar se a sua implementação diminui os números de criminalidade registada, como por exemplo, melhorar a iluminação das ruas, instalar portões para acesso aos becos dos condomínios, identificar e reforçar a proteção de habitações vítimas de furtos repetidos, fomentar a implementação da vigilância de vizinhança e por último lembrar o cidadão das medidas de segurança que deve adotar para proteger o seu lar, como trincos para janelas e portas e luzes interiores e exteriores, quer pela ação de um vizinho, quer pelo uso de um temporizador.

A meu ver, o mais importante é o trabalho conjunto enquanto comunidade, porque a GNR é especialista em segurança, mas precisa de outros contributos para melhorar o programa, como das câmaras ou das juntas que podem ter outras noções da realidade que nos escapam. Atualmente considero que o PERS é implementado de forma individualista, ou seja, dependente da atividade da GNR e no futuro seria benéfico que fosse aplicado num âmbito comunitário, como está presente na designação das SPCPC, pois são as pessoas que sofrem o crime e se apercebem da existência do fenómeno em primeira mão. A Guarda não faz o trabalho de outra comunidade, assim como a entidade não faz o trabalho da Guarda. Intercedemos junto da câmara para melhorar a iluminação das ruas, intercedemos junto das associações de moradores para realizar ações de sensibilização, para mostrarmos o que é o programa e qual o papel das pessoas enquanto interveniente no mesmo, para que o PERS tenha sucesso, porque o programa só funciona com o sucesso de todos os envolvidos.

Não devemos ver como fragilidade atual ou proposta futura a falta de efetivo, porque isso é problema transversal, e não é uma medida que se possa aplicar para melhorar o programa, pelo que nos devemos focar no que conseguimos e podemos fazer.

ENTREVISTAS A CIVIS

Entrevista a David Thomas, fundador da Safe Communities Portugal

O entrevistado é o sr. David Thomas, fundador e atual presidente do concelho executivo da associação Safe Communities Portugal, que é destinada à integração de cidadãos estrangeiros em Portugal, servindo como meio de divulgação das medidas implementadas que afetam e beneficiam os mesmos, sendo esta associação um grande contribuinte na dinamização do PERS. David Thomas serviu funções como polícia em Hong Kong e ao longo da sua carreira exerceu o cargo de conselheiro na Interpol e no United Nations Office on Drugs and Crime. A Safe Communities é constituída por voluntários ao longo do país, que trabalham com instituições como a GNR, a PSP, a Proteção Civil, Turismo de Portugal, entre outras. O seu objetivo é consciencializar cidadãos estrangeiros e turistas sobre a realidade portuguesa, procurando manter o nosso país como um lugar que é seguro para viver. Esta entrevista foi realizada por videoconferência através da plataforma Zoom no dia 1 de maio de 2022.

1ª pergunta: Tendo em conta o seu conhecimento e experiência, diria que o território onde exerce funções (de autarca ou representante de associação de moradores) é mais ou menos seguro do que o Algarve na sua globalidade?

Resposta: A segurança depende muito do número de residentes e do número de visitantes numa determinada área, sendo que estatisticamente áreas mais densamente populadas têm maiores índices de criminalidade. Assim sendo, o Algarve e em especial Loulé, Faro e Albufeira, que constituem o centro da região regista um maior número de crimes comparativamente com outras regiões do país. Mesmo assim, olhando para os registos de há 10 anos atrás para cá, notamos uma descida tanto na criminalidade violenta como na criminalidade geral registada, pelo que podemos dizer que o Algarve é mais seguro atualmente do que antes era.

2ª: De acordo com a sua perceção, qual ou quais são o(s) tipo(s) de crime mais preocupantes para os cidadãos residentes no território onde exerce funções?

R: No Algarve, o tipo mais comum de crime é o crime contra o património, dividindo-se em furtos em residências, furtos de veículos, ou até mesmo furtos a pessoas, especialmente turistas, que ao serem apanhados de surpresa numa esplanada, são subtraídos das suas carteiras sem notarem. Costumamos designar estes crimes por crimes de oportunidade, onde também se inserem as burlas e outros esquemas informáticos, nomeadamente compras falsas. O crime violento não tem uma percentagem significativa aqui.

Há uns anos atrás havia várias queixas acerca dos crimes contra o património, agora apesar de continuar a ser significativo, diminuiu o número de incidentes, pelo que as pessoas se sentem mais seguras.

3ª: Que visão tem da presença e da atuação da GNR neste território?

R: Dando como exemplo o PERS, podemos ver que o programa é executado por agentes que sabem falar inglês e que têm treino no policiamento de comunidade, tendo uma estreita relação com a população. No entanto, estes militares são a exceção e não a regra, sendo que o restante do efetivo também deve ser sensibilizado para estas questões. Conseguimos ver isto quando nos deslocamos ao atendimento de um PTER, em que é importante ver como é que o militar interage com o cidadão, e se o consegue fazer sentir-se seguro.

Um ponto importante deve passar pela divulgação da atividade da GNR e que programas é que os mesmos executam em prol da população, como é o caso do programa “Idosos em Segurança”, que é eficazmente e conhecido, em que é visível o à vontade dos militares para com as pessoas.

Os militares que têm estas competências devem, portanto, partilhá-las, para que o serviço da GNR no geral possa ser melhorado.

4ª: Tem/teve contacto direto com a GNR no âmbito das funções que exerce? Por favor, explique detalhadamente em que circunstâncias ocorreram esses contactos.

R: Sim, costumo contactar diretamente com os comandantes das áreas (DTER), como Loulé, Silves e Albufeira, e também com o quartel-general em Lisboa. Consigo falar de assuntos sensíveis relativamente à atividade da GNR sem ferir suscetibilidades, e isso é muito bom, pois o meu objetivo é ajudar a melhorar a sua respetiva atuação.

Normalmente costumo contactá-los semanalmente, quer através de e-mail, quer através de telefonema, para marcar reuniões com a intenção de discutirmos os mais variados assuntos, relativamente a esta problemática.

Fruto da nossa colaboração foram produzidos panfletos para distribuir pela população e alertar a mesma de medidas que podem tomar para reduzir a probabilidade de serem furtadas, sendo estes traduzidos em quatro idiomas diferentes para melhor entendimento pelo cidadão. Cobrimos as tipologias de crime mais predominantes na região, como o furto de oportunidade (nas praias ou em cafés e bares) ou o furto de veículos.

No geral é uma boa colaboração.

5ª: Tem conhecimento da existência do Programa Especial Residência Segura (PERS)?

R: Tenho sim.

6ª: Quanto aos residentes, na sua opinião, têm conhecimento do PERS?

R: No início as pessoas não tinham conhecimento do PERS, e nós em conjugação com a GNR trabalhávamos para o divulgar. Atualmente o programa já é conhecido e como a GNR é proativa nesta atividade, nós enquanto associação deixámos de estar tão ligados, sendo que os militares da GNR interagem diretamente com os residentes. Os residentes escolhem entre si aquele que é o representante da área das casas marcadas, sendo que este é que é o responsável por comunicar com os militares.

7ª: No âmbito das suas funções, já aconteceu ter a necessidade de contactar com os militares do Programa Especial Residência Segura?

R: Sim.

8ª: Se respondeu sim à questão anterior, por favor descreva como foi estabelecido o contacto e qual a sua satisfação tendo em conta a prontidão da resposta, o profissionalismo, a solução do problema que causou o contacto.

R: Quando iniciámos a Safe Communities a GNR foi de uma ajuda tremenda, ao fazermos seminários conjuntos e tínhamos e temos contacto direto com os militares membros da equipa. Atualmente já não temos tanto contacto com algumas equipas como tínhamos na altura, mas ainda o mantemos, sendo forte com o pessoal de Loulé. Portimão, Silves, Albufeira, Loulé, Faro e Tavira são as seis áreas do Algarve que iniciaram o PERS na altura. Se quiser falar com um membro destas equipas, tenho o contacto direto e ligo-lhes

para discutirmos o assunto. Falamos muito frequentemente com o Cabo Daniel Dias da GNR, que é incansável na sua atividade.

9ª: Que balanço faz do Programa Especial Residência Segura?

R: O PERS na prática tem como objetivo alertar os residentes para o perigo da sua habitação ser furtada, entre outros crimes patrimoniais, visto que os princípios de precaução por parte do cidadão são transversais. O Algarve é onde o programa é mais ativo, sendo que continuam a ser adicionadas novas áreas ao mesmo; o problema reside na falta de homens e de meios, sendo que é fácil dizer isso para tudo, mas com mais recursos, podia-se melhorar a implementação do PERS. Por exemplo, em Loulé apenas dois homens estão responsáveis diretamente pelo programa, o que é muito pouco e faz com que haja pouca consistência do PERS.

Tendo em conta os recursos humanos e materiais de que dispõem, penso que os militares do PERS fazem um excelente trabalho.

10ª: Na sua opinião, o que se podia fazer de diferente para melhorar a implementação do programa?

R: Algo que se podia fazer para o melhorar passava por transmitir o registo destas habitações a outras entidades, em que numa situação concreta como o socorro por uma ambulância, ocorre uma maior demora na chegada de ajuda porque a ambulância não tem uma noção exata de onde se situa a residência, sendo que só a GNR é que tem acesso à georreferenciação. Fora do Algarve não tenho noção de como o programa atua na prática; parece-me a mim que não há uma implementação única do programa, mas que está incluído num espetro mais amplo.

Penso que o programa podia ser mais bem promovido, através de plataformas como as redes sociais.

Outra sugestão passa por alargar o programa para lá da dimensão da GNR, integrando outras temáticas, como a parte médica.

Entrevista a Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Almancil

Esta entrevista foi realizada através de e-mail ao sr. Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, que se mostrou cooperante em responder através deste formato, não tendo sido possível a mesma realizar-se de outra forma.

1ª pergunta: Tendo em conta o seu conhecimento e experiência, diria que o território onde exerce funções (de autarca ou representante de associação de moradores) é mais ou menos seguro do que o Algarve na sua globalidade?

Resposta: Sensivelmente idêntico

2ª: De acordo com a sua perceção, qual ou quais são o(s) tipo(s) de crime mais preocupantes para os cidadãos residentes no território onde exerce funções?

R: Furtos em residências e furtos por esticção na via pública.

3ª: Que visão tem da presença e da atuação da GNR neste território?

R: Tem uma ação eficaz apesar das limitações (insuficiência) em meios humanos em especial entre maio e setembro.

4ª: Tem/teve contacto direto com a GNR no âmbito das funções que exerce? Por favor, explique detalhadamente em que circunstâncias ocorreram esses contactos.

R: Sempre que há queixas dos cidadãos. O Presidente ou o Executivo contacta o comando local e solicita possível intervenção.

5ª: Tem conhecimento da existência do Programa Especial Residência Segura (PERS)?

R: Sim, mas não cobre a área desta freguesia.

6ª: Quanto aos residentes, na sua opinião, têm conhecimento do PERS?

R: Na generalidade não.

7ª: No âmbito das suas funções, já aconteceu ter a necessidade de contactar com os militares do Programa Especial Residência Segura?

R: Não.

8ª: Se respondeu sim à questão anterior, por favor descreva como foi estabelecido o contacto e qual a sua satisfação tendo em conta a prontidão da resposta, o profissionalismo, a solução do problema que causou o contacto.

R:

9ª: Que balanço faz do Programa Especial Residência Segura?

R: Com base nas informações obtidas, nas Freguesias do Concelho é positivo.

10ª: Na sua opinião, o que se podia fazer de diferente para melhorar a implementação do programa?

R: Haver uma coordenação e articulação com os Bombeiros Municipais e a Proteção Civil Municipal.

Entrevista a Telmo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira

Esta entrevista foi realizada através de e-mail ao sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, que se mostrou cooperante em responder através deste formato, não tendo sido possível a mesma realizar-se de outra forma.

1. Tendo em conta o seu conhecimento e experiência, diria que o território onde exerce funções (de autarca ou representante de associação de moradores) é mais ou menos seguro do que o Algarve na sua globalidade?

R: Eu penso que, nesta situação é um território que se integra dentro do Algarve à sua dimensão, ou seja, é o território mais procurado do Algarve, pode provocar por isso, uma maior insegurança, mas em termos relativos, ou seja naquilo que representa no Algarve, eu acho que não é mais nem menos, que a generalidade dos territórios do Algarve e das cidades daqui do litoral, portanto eu acho que se enquadra naquilo que é o Algarve, relativamente a outros sítios é bastante seguro, mas com as suas particularidades muito iguais.

2. De acordo com a sua perceção, qual ou quais são o(s) tipo(s) de crime mais preocupantes para os cidadãos residentes no território onde exerce funções?

R: O tipo de crime mais preocupante, ou o que acontece com mais frequência, são os roubos, aqui por necessidade inerente de uma adição qualquer, mas mais em termos de droga, aqueles que são os crimes mais impactantes, tirando outras situações pontuais.

3. Que visão tem da presença e da atuação da GNR neste território?

R: Tenho a perceção que a presença e a atuação são deficitárias, como em relação ao resto do país, ou seja nós há 20 anos atrás tínhamos mais efetivos que hoje em dia, com uma população que cresceu, que tem uma quantidade de dinâmicas e como tal devíamos estar num patamar mais alto e não estamos, portanto significa que a presença e a atuação, poderiam e deveriam ser melhores, não são, não por culpa dos efetivos que se encontram

nos locais, nos Subdestacamentos de Quarteira e Vilamoura, mas pelo facto de não terem esses recursos. Falta recursos humanos, materiais e isso leva a que, se tivessem todas as condições o trabalho seria muito melhor. Não invalida que note nos efetivos que cá estão os esforços para que as coisas corram bem, muitas vezes até o esforço sobre-humano para uma pessoa que devia ser dividido por mais que uma pessoa, o que significa que é uma oferta deficitária das forças de segurança, por culpa de não terem mais efetivos.

4. Tem/teve contacto direto com a GNR no âmbito das funções que exerce? Por favor, explique detalhadamente em que circunstâncias ocorreram esses contactos.

R: O meu contacto direto é frequente com as forças de segurança, nós vivemos numa freguesia, com uma dinâmica muito grande nas várias áreas, no desporto, nos eventos e na gestão do território, com feiras e mercados e ainda hoje tivemos uma reunião para em conjunto conseguirmos organizar algumas situações de trânsito, juntamente com a Câmara Municipal de Loulé e a GNR local, portanto a nossa proximidade é grande e trabalhamos constantemente em equipa de forma a melhorar tanto algumas situações da gestão do dia a dia como, algumas situações pontuais de execução de eventos e outras como por exemplo, quando eu tive aqui, uma alteração na organização do mercado da roupa, que se realiza às quartas-feiras, que apoiam em termos de segurança e criam estabilidade na concretização destas reunião. Ainda na Dia da Cidade de Quarteira, dia 13 de maio, foi isso que fizemos, foi enaltecer o trabalho tanto da GNR, dos Bombeiros, todas as entidades que trabalham connosco na gestão do território.

5. Tem conhecimento da existência do Programa Especial Residência Segura (PERS)?

R: Sim, conheço. Este trabalho que tem mais incidência sobre as Juntas do interior que eu acho de extrema importância. E que esta Junta do Litoral, até ao momento, e temos tido algumas conversas informais sobre o assunto, poderemos ter também aqui esta situação da residência segura até porque mesmo nos centros urbanos nós temos pessoas que vivem em situação de isolamento, mas para já não surgiram condições para podermos avançar para muito mais, mas eu espero que assim aconteça no futuro, porque valorizo com toda a certeza e ainda mais em situações de isolamento como temos no território do interior, que as pessoas se sintam protegidas e que exista aqui um reconhecimento e georreferenciação visto que eu também sou da área da engenharia e valorizo muito este trabalho.

6. Quanto aos residentes, na sua opinião, têm conhecimento do PERS?

R: Não consigo ter noção se os residentes do interior e vizinhos de alguma destas situações tem essa noção, mas penso que terão, porque este com certeza é um projeto das quais as pessoas que estão em isolamento e que integram este projeto devem falar com outros vizinhos ou pessoas que vivam nas redondezas. Aqui em Quarteira, não sei bem, pela diversidade da população que vive aqui, não parece que tenham grande noção, salvo raras exceções do que é a situação do PERS.

7. No âmbito das suas funções, já aconteceu ter a necessidade de contactar com os militares do Programa Especial Residência Segura?

R: Não. Nas minhas funções ainda não houve uma situação particular, tive várias situações, tenho sempre muitas, até porque estamos a falar da Junta Freguesia de Quarteira, com a guarda tenho um trabalho conjunto e participação, mas não relativamente ao programa Especial Residência Segura.

8. Se respondeu sim à questão anterior, por favor descreva como foi estabelecido o contacto e qual a sua satisfação tendo em conta a prontidão da resposta, o profissionalismo, a solução do problema que causou o contacto.

R: -----

9. Que balanço faz do Programa Especial Residência Segura?

R: É de extrema importância, com prioridade para o interior, mas penso que também, costumo dizer que o isolamento existe nos grandes centros urbanos, pessoas que vivem rodeadas de pessoas e vivem sozinhas e também será importante, quando houver essa condição, poder expandir isso para todos os centros urbanos, porque as pessoas chegam a uma altura da vida que se encontram sozinhas não querem deixar as suas casas, mesmo tendo famílias e temos que lhes dar essas condições também durante o resto da sua vida.

10. Na sua opinião, o que se podia fazer de diferente para melhorar a implementação do programa?

R: A diferença seria expandi-lo mais. Não tenho assim tanto conhecimento do programa, que pudesse neste momento para dar aqui algumas opiniões, no sentido de melhorar. Penso que melhorar mesmo, é abrangermos muito mais pessoas dentro do território, chegando mesmo aos grandes centros urbanos que as vezes são esquecidos neste patamar, mas tendo consciência que é muito mais preocupante o interior, portanto estarei ao dispor

se for necessário mais alguma resposta no sentido de valorizar o trabalho que está a fazer.
Boa sorte.

ANEXOS

ANEXO A – CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM PORTUGAL

	Denominação	Ano 2019	Ano 2020	Var %	Dif
✓	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	24 793	23 439	-5,5%	-1 354
✓	Furto em veículo motorizado	21 976	20 958	-4,6%	-1 018
✗	Burla informática e nas comunicações	16 310	19 855	21,7%	3 545
✓	Ofensa à integridade física voluntária simples	23 279	18 389	-21,0%	-4 890
✓	Outro dano	17 198	14 411	-16,2%	-2 787
✓	Ameaça e coação	15 136	14 331	-5,3%	-805
✓	Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2g l	16 872	13 693	-18,8%	-3 179
✗	Outras burlas	10 990	13 427	22,2%	2 437
✗	Condução sem habilitação legal	9 664	12 897	33,5%	3 233
✓	Furto em residência com arrombamento,escalamento ou chaves falsas	10 961	9 168	-16,4%	-1 793
✓	Furto de veículo motorizado	9 376	8 684	-7,4%	-692
✓	Furto oportunidade de obj. não guardado	12 342	7 247	-41,3%	-5 095
✓	Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	7 326	7 188	-1,9%	-138
✓	Incêndio fogo posto floresta, mata, arvoredos ou seara	6 908	5 908	-14,5%	-1 000
✓	Contrafação falsificação de moeda e passagem de moeda falsa	8 795	5 896	-33,0%	-2 899
✓	Outros furtos	6 968	5 588	-19,8%	-1 380

Figura 6 - Tabela com os crimes mais participados em Portugal

Fonte: Retirado de SSI (2020, p.22)

ANEXO B – ORGANOGRAMA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

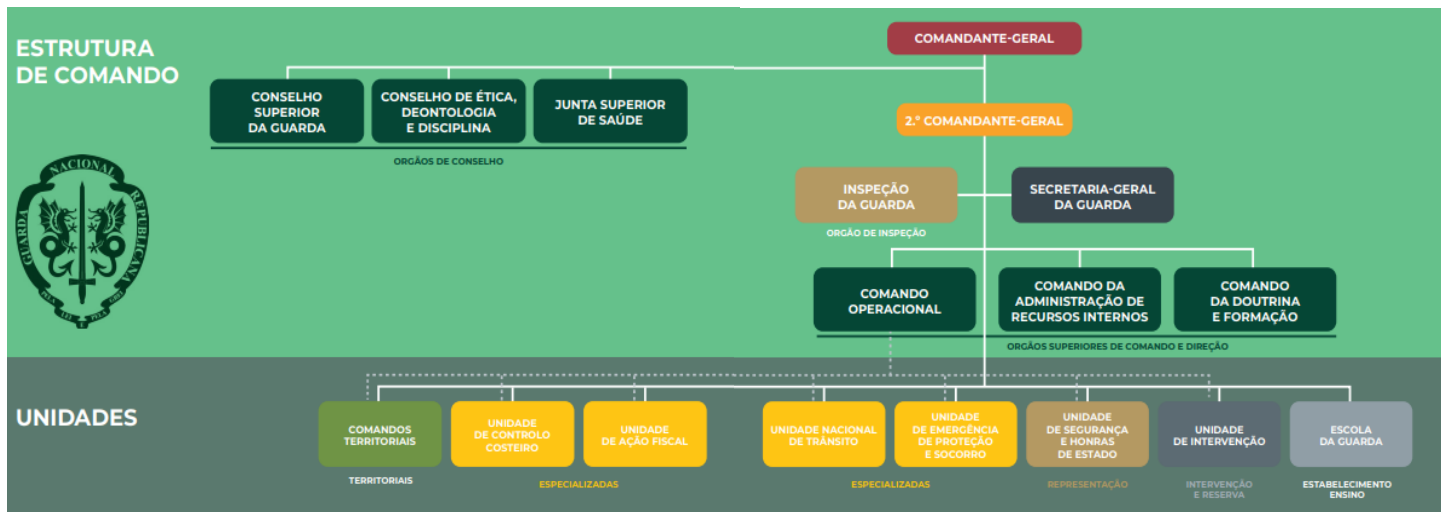


Figura 7 - Organograma da GNR

Fonte: Retirado de GNR (2020, pp.24-25)

ANEXO C – O IMPACTO DO CRIME NAS VÍTIMAS

PHYSICAL AND SPIRITUAL IMPACT OF CRIME ON VICTIMS

Physical Impact	Spiritual Impact
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Physiological anxiety (including rapid heart rate, hyperventilation, and stomach distress) ▪ Physical injuries (such as gunshot wounds, lacerations, broken bones, sprains, and burns) ▪ Physical injuries that lead to other health conditions (such as heart attack, stroke, fractures from falling, and loss of dexterity) ▪ Increased risk of cardiac distress, irritable bowel syndrome, and chronic pain ▪ Permanent disability ▪ Disfigurement ▪ Immune disorders that increase the potential for infectious diseases ▪ Substantial lifestyle changes, including restriction of activities once enjoyed ▪ Lethargy and body fatigue ▪ Sleep disorders ▪ Loss of appetite, excessive appetite, or eating disorders ▪ Decreased libido and sexual dysfunction ▪ Inability to work ▪ Increased risk of future victimization ▪ For sexual assault victims: possible exposure to sexually transmitted diseases, exposure to HIV, and unwanted pregnancy 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ In an attempt to understand events that make no sense, people who do and do not engage in religious practice often turn to the spiritual beliefs with which they were raised. These spiritual insights are sometimes helpful; more often than not, however, victims express disappointment in the reactions of their faith communities. ▪ All religions accept suffering as a component of the human experience but understand its role differently. Hindus and Buddhists understand the role of karma in tragic events and seek to accept what has happened rather than seek justice. Jews believe that God expects human beings to act in kindness to one another; when they do not, justice is sought and forgiveness must be earned. The wide gamut of Christianity practiced in the United States includes all perspectives, from acceptance of suffering as “God’s will” and forgiveness of offenders to strong drives for justice in the secular arena. Muslims believe they have a special mission from God/Allah to create a just society. They typically condemn violence and willingly participate in the justice system.

Figura 8 - Tabela com os impactos físicos e espirituais do crime nas vítimas

Fonte: Retirado de (Wasserman & Ellis, 2007)

ANEXO D – PANFLETOS DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL RESIDÊNCIA SEGURA

<p>Implementação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Afectação de meios humanos e materiais;• Seleccionar os militares que têm mais experiência em missões de carácter territorial, familiarizados com as diversas comunidades existentes e conhecimento de línguas estrangeiras;• Formar uma equipa dedicada exclusivamente para o projecto;• Capacidade para responder às necessidades de cada comunidade e colocar em prática o Programa "Residência Segura", baseado em Policiamento de Proximidade e de Segurança Comunitária;• Criar uma cultura de vigilância entre vizinhos;• Georreferenciar e atribuir números de identificação (onde não existe número de polícia) às residências isoladas, para facilitar a sua localização e o fácil acesso por parte dos meios de socorro.	<p>Destacamento Territorial de Albufeira</p>  <p>Organização: Guarda Nacional Republicana Destacamento Territorial de Albufeira Núcleo de Programas Especiais Equipa "Residência Segura" Albufeira Tlm 961193349</p> <p>Apoios: Câmara Municipal de Albufeira</p>	<p>R Programa Residência S Segura</p> 
<p>Descrição:</p> <ul style="list-style-type: none">• O programa nasce para fazer face ao crescente sentimento de insegurança causado pelo aumento dos furtos no interior de residência nos Aparthotéis, Aldeamentos Turísticos e nas habitações luxuosas, dispersas e isoladas, situadas no concelho de Albufeira.• Foi criada a equipa afecta ao projecto que pretende colocar em prática as seguintes linhas estratégicas:<ul style="list-style-type: none">• Direcção recursos humanos e materiais, em regime de exclusividade, a fim de prevenir a criminalidade contra as comunidades residentes em locais isolados;• Contacto directo e regular com Aparthotéis e Aldeamentos Turísticos para recolha de informação relacionada com fluxos de ocupação, com o objectivo de intensificar o patrulhamento em períodos e locais	<ul style="list-style-type: none">• Difusão de conselhos de segurança através da distribuição de folhetos em vários idiomas (Português, Inglês e Alemão);• Recolha de informação sobre movimentações de eventuais suspeitos de crimes;• Disponibilizar um contacto directo da Equipa, que permita atendimento 24 Horas por dia, por militares conhecedores da região e de línguas estrangeiras;• Permitir assim direccionar o patrulhamento de proximidade, tornado possível por GPS e outros equipamentos;• Contacto pessoal com cada um dos moradores da região com alguma regularidade. 	<p>Objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Direcção recursos humanos e materiais, com base exclusiva, através do policiamento de proximidade, permitindo uma rápida intervenção do projecto e meios disponíveis, reforçado por patrulhamento direccionado dos Postos Territoriais.• Troca de informações entre a população e a Equipa "Residência Segura" responsáveis pelo projecto; Implementação e prática de vigilância entre vizinhos;• Obter informações para elaboração do mapa da região, bem como a localização de todas as casas georreferenciadas aderentes ao projecto através do desenvolvimento de uma "Ficha de Residência".

Figura 9 - Panfleto do PERS (1)

Fonte: GNR



Senhor residente:

Sabia que os intrusos da sua casa não demoram mais de 60 minutos para o fazer?

Sabe que a maioria dos furtos em residência é realizada por descuido dos proprietários?

A Guarda Nacional Republicana está empenhada em promover a sua segurança e dos seus bens, por isso

Colabore connosco



Senhor residente:

Sabia que os intrusos da sua casa não demoram mais de 60 minutos para o fazer?

Sabe que a maioria dos furtos em residência é realizada por descuido dos proprietários?

A Guarda Nacional Republicana está empenhada em promover a sua segurança e dos seus bens, por isso

Colabore connosco



Senhor residente:

Sabia que os intrusos da sua casa não demoram mais de 60 minutos para o fazer?

Sabe que a maioria dos furtos em residência é realizada por descuido dos proprietários?

A Guarda Nacional Republicana está empenhada em promover a sua segurança e dos seus bens, por isso

Colabore connosco

Residência Segura

Siga os nossos conselhos:

-  ⇒ Não abra a porta de sua casa nem a do prédio sem verificar bem quem toca à campainha;
- ⇒ Quando sair de casa, tenha por hábito fechar bem todas as janelas e trancar sempre as portas e portões de acesso;
- ⇒ Durante a noite, mesmo estando em casa, tranque todas as janelas e portas; 
- ⇒ Aos moradores do rés-do-chão e do 1.º andar, recomenda-se a instalação de grades de ferro nas janelas;

Residência Segura

Siga os nossos conselhos:

-  ⇒ Não abra a porta de sua casa nem a do prédio sem verificar bem quem toca à campainha;
- ⇒ Quando sair de casa, tenha por hábito fechar bem todas as janelas e trancar sempre as portas e portões de acesso;
- ⇒ Durante a noite, mesmo estando em casa, tranque todas as janelas e portas; 
- ⇒ Aos moradores do rés-do-chão e do 1.º andar, recomenda-se a instalação de grades de ferro nas janelas;

Residência Segura

Siga os nossos conselhos:

-  ⇒ Não abra a porta de sua casa nem a do prédio sem verificar bem quem toca à campainha;
- ⇒ Quando sair de casa, tenha por hábito fechar bem todas as janelas e trancar sempre as portas e portões de acesso;
- ⇒ Durante a noite, mesmo estando em casa, tranque todas as janelas e portas; 
- ⇒ Aos moradores do rés-do-chão e do 1.º andar, recomenda-se a instalação de grades de ferro nas janelas;



⇒ Coloque nas portas e janelas boas fechaduras e tenha cuidado a quem entrega ou deixa acessível as chaves de sua casa;

⇒ Todas as entradas devem estar bem iluminadas, o mesmo deve acontecer nos patamares e corredores dos andares;

⇒ Não guarde objetos de valor elevado em casa ou grandes quantias em dinheiro;

⇒ Faça um registo dos números de série de todos os aparelhos que possuir;

⇒ Se notar presenças estranhas nas redondezas da sua casa, tente confirmar as suas suspeitas, em caso de dúvida, previna as autoridades;

⇒ Caso se confronte com um assaltante em casa, tente manter a calma, não discuta com ele. Não o encare frontalmente, mas procure memorizar as suas feições para as descrever às autoridades. E, principalmente, não reaja!

 ⇒ Tenha sempre à mão os números de telefone do Posto GNR da área da sua residência.

Em caso de emergência ligue

112

A GNR deixou estes conselhos às ___ H ___






⇒ Coloque nas portas e janelas boas fechaduras e tenha cuidado a quem entrega ou deixa acessível as chaves de sua casa;

⇒ Todas as entradas devem estar bem iluminadas, o mesmo deve acontecer nos patamares e corredores dos andares;

⇒ Não guarde objetos de valor elevado em casa ou grandes quantias em dinheiro;

⇒ Faça um registo dos números de série de todos os aparelhos que possuir;

⇒ Se notar presenças estranhas nas redondezas da sua casa, tente confirmar as suas suspeitas, em caso de dúvida, previna as autoridades;

⇒ Caso se confronte com um assaltante em casa, tente manter a calma, não discuta com ele. Não o encare frontalmente, mas procure memorizar as suas feições para as descrever às autoridades. E, principalmente, não reaja!

 ⇒ Tenha sempre à mão os números de telefone do Posto GNR da área da sua residência.

Em caso de emergência ligue

112

A GNR deixou estes conselhos às ___ H ___






⇒ Coloque nas portas e janelas boas fechaduras e tenha cuidado a quem entrega ou deixa acessível as chaves de sua casa;

⇒ Todas as entradas devem estar bem iluminadas, o mesmo deve acontecer nos patamares e corredores dos andares;

⇒ Não guarde objetos de valor elevado em casa ou grandes quantias em dinheiro;

⇒ Faça um registo dos números de série de todos os aparelhos que possuir;

⇒ Se notar presenças estranhas nas redondezas da sua casa, tente confirmar as suas suspeitas, em caso de dúvida, previna as autoridades;

⇒ Caso se confronte com um assaltante em casa, tente manter a calma, não discuta com ele. Não o encare frontalmente, mas procure memorizar as suas feições para as descrever às autoridades. E, principalmente, não reaja!

 ⇒ Tenha sempre à mão os números de telefone do Posto GNR da área da sua residência.

Em caso de emergência ligue

112

A GNR deixou estes conselhos às ___ H ___




Figura 10 - Panfleto do PERS (2)

Fonte: GNR

**ANEXO E – PLACA IDENTIFICATIVA DE UMA RESIDÊNCIA
PERTENCENTE AO PERS**



Figura 11 - Placa identificativa do PERS

Fonte: GNR